

oikos

cooperação e desenvolvimento

Relatório de Actividades e Contas - 2008

índice

índice	2
1 Oikos – Quem Somos.....	3
1.1 Princípios e Valores da Oikos	5
1.1.1 Os valores que partilhamos	5
1.1.2 Código de conduta ética oikos.....	6
1.2 Modelo de governance	8
1.3 Estrutura Organizacional Interna (Funcional)	10
1.4 Criação de Valor Partilhado.....	12
2 Desafios da Gestão.....	15
3 O que fazemos	17
3.1 Indicadores socioeconómicos dos Países onde Actuamos	17
3.2 Projectos de Acção Humanitária.....	17
3.3 Projectos de Promoção da “Vida Sustentável”	28
3.4 Educação para a Cidadania Global	43
4 Contas do Exercício de 2008.....	48
4.1 Balanço e Demonstração de Resultados	48
4.1.1 Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro 2008	48
4.1.2 Balanço em 31 de Dezembro 2008.....	51
4.2 Demonstração de Fluxos de Caixa (Exercício 2008 e 2007)	56
4.3 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	60
d) Custos e Perdas da Actividade	67
e) Proveitos e Ganhos da Actividade.....	68

1 Oikos – Quem Somos

Somos cidadãos solidários, com uma consciência clara do papel da cidadania global para a promoção da equidade na erradicação da pobreza extrema e na redução das assimetrias económicas e do conhecimento que caracterizam a realidade mundial. Através da nossa acção, com os diferentes actores sociais, partilhamos esforços e responsabilidades e facilitamos soluções para garantir que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

Fundada em 1988, em Portugal, a Oikos – Cooperação e Desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida internacionalmente como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD / INGO).

Trata-se de uma associação ecuménica, no sentido universal, enquanto nos se alia ao esforço de quantos, pessoas e instituições, partilham a visão de um mundo sem pobreza e injustiça, onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global. Independentemente de quaisquer instituições políticas, financeiras ou religiosas, a Oikos disponibiliza-se para concertar a sua acção com entidades públicas e privadas que coincidam com os seus valores, objectivos e propósito de erradicar a pobreza e desenvolver soluções sustentáveis, para que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

Desde 1992, detêm o Estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública concedido pelo Estado Português. Em 2000 é-lhe ainda atribuído o Estatuto Consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

A actividade da Oikos encontra-se estruturada em *continuum* nas áreas da emergência/acção humanitária, desenvolvimento/vida sustentável e mobilização/cidadania global.

Como actuamos

- ❖ promoção do desenvolvimento sustentável;
- ❖ abordagem baseada nos Direitos;
- ❖ valores e princípios da Oikos;
- ❖ conduta ética – Oikos;
- ❖ 0,7%, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; e
- ❖ continuum de intervenção Oikos.

Temáticas centrais de impacto da Oikos

- ❖ saúde pública, água e saneamento;
- ❖ segurança alimentar e meios de vida sustentáveis / livelihoods;
- ❖ alterações climáticas;
- ❖ finança ética;
- ❖ consumo responsável;
- ❖ compras públicas responsáveis; e
- ❖ fortalecimento e profissionalização dos actores sociais.

O nosso modelo de governance

- ❖ governação e envolvimento dos stakeholders identificados;
- ❖ empowerment, liderança e influência pública;
- ❖ inovação, aprendizagem e conhecimento partilhado; e
- ❖ comunicação, transparência e accountability.

cadeia de intervenção/valor responsável

- ❖ gestão integrada dos recursos;
- ❖ princípios de desenvolvimento da actividade, PDA-oikos;
- ❖ solidez financeira, excelência operacional e impacto social;
- ❖ concorrência leal e anti-corrupção;
- ❖ fundraising ético;
- ❖ desenvolvimento e avaliação de parcerias; e
- ❖ selecção e avaliação de fornecedores.

responsabilidade ambiental

- ❖ comprometimento com a causa ambiental;
- ❖ promoção de energias alternativas e renováveis; e
- ❖ alterações climáticas e gestão voluntária de carbono.

responsabilidade social

- ❖ comprometimento com a responsabilidade social;
- ❖ potenciar as pessoas;
- ❖ desenvolvimento profissional e promoção de talentos;
- ❖ diversidade e igualdade de oportunidades;
- ❖ saúde, higiene e segurança no trabalho; e
- ❖ fortalecimento e profissionalização dos actores sociais.

1.1 Princípios e Valores da Oikos

A Oikos enquadra a sua actividade e gestão através de um conjunto de princípios e valores que orientam a organização no cumprimento da sua missão social.

A nossa visão

Um mundo sem pobreza e injustiça onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

Assumimos como missão

Eradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, através do envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais e do desenvolvimento de soluções sustentáveis, para que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

Temos por ambição

Sermos reconhecidos como uma organização internacional líder no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza.

1.1.1 Os valores que partilhamos

Equidade

O desenvolvimento sustentável implica um equilíbrio nas oportunidades e condições que possibilitam uma vida digna a todas as pessoas, numa mesma geração (equidade intra-geracional) e entre gerações (equidade inter-geracional), independentemente da sua nacionalidade, etnia, credo, género, filiação política, condição física, social, económica ou cultural. A Oikos promove a equidade social, económica, cultural e a igualdade de género como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das gerações presentes e futuras.

Liberdade e liderança

A promoção responsável do desenvolvimento pressupõe que os povos sejam protagonistas, autónomos e livres, com capacidade para influenciarem os poderes instituídos. A Oikos é um espaço aberto aos valores, aspirações e iniciativas dos povos, independentemente de quaisquer instituições políticas, financeiras ou religiosas, sendo prioritário para o seu sucesso a formação e o empreendedorismo das organizações e dos líderes das comunidades locais.

Solidariedade

A cooperação para o desenvolvimento humano sustentável não é uma obrigação exclusiva dos estados, mas um direito e um dever da sociedade civil. A Oikos

mobiliza cidadãos solidários para a construção de um mundo melhor.

Responsabilidade

O exercício da cidadania global passa pelo reconhecimento de que os povos estão cada vez mais interdependentes. À escala global os governos, as empresas, a sociedade civil organizada e os cidadãos devem assumir a responsabilidade e os custos do impacto que os seus padrões de produção e consumo têm no planeta. A Oikos possibilita aos cidadãos assumirem o seu compromisso ético de promoção do desenvolvimento humano e sustentável à escala local e global.

Conhecimento e inovação

A complexidade no desenho de estratégias para a erradicação da pobreza implica o desenvolvimento de uma "cultura de inovação, de capacitação e de criação de conhecimento", através de um sistema integrado de parcerias com os actores públicos e privados, envolvendo redes de conhecimento e universidades. A Oikos é "facilitadora de soluções", potenciadores da integração de vontades, recursos, valências, metodologias e ferramentas que permitam a obtenção de impactos sustentáveis, aprendizagem e reaplicabilidade.

Transparência e *accountability*

A promoção do desenvolvimento humano sustentável requer elevados padrões de exigência, qualidade e transparência. A Oikos desenvolve a sua acção de forma rigorosa e transparente, assumindo uma postura de verdade e isenção em todas as comunicações internas e externas, promovendo uma "cultura de reporte e *accountability*", através da prestação de contas aos seus beneficiários directos, parceiros de cooperação, financiadores e sociedade civil; cada avaliação é entendida como um processo de aprendizagem e melhoria constante.

1.1.2 Código de conduta ética oikos

O relacionamento entre a Oikos e os seus stakeholders identificados encontra-se enquadrado pelo código de conduta ética Oikos, aprovado pelos seus órgãos sociais e em vigor desde Janeiro de 2005.

A Oikos é ainda subscritora das seguintes cartas, princípios e iniciativas:

- ❖ Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- ❖ Convenção sobre os Direitos da Criança;
- ❖ Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho;
- ❖ Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento;
- ❖ Carta da Terra;
- ❖ Princípios do Global Compact;

- ❖ Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- ❖ Código de Conduta da Cruz Vermelha Internacional, Crescente Vermelho Internacional e ONG em situações de resposta a Desastres e Catástrofes;
- ❖ The NGDO Charter;
- ❖ Código de Utilização de Imagens e Mensagens relativas ao Terceiro Mundo;
- ❖ Código de Conduta do voluntariado para a Cooperação da Plataforma das ONGD portuguesas; e
- ❖ Código de Conduta para Intervenção em Situações de Ajuda Humanitária de Emergência da Plataforma das ONGD portuguesas.

A Oikos rege ainda a sua actuação por um conjunto de “**Princípios de Desenvolvimento da Actividade**” (PDA – Oikos), em vigor desde a Assembleia Geral de 20 de Dezembro de 2006.

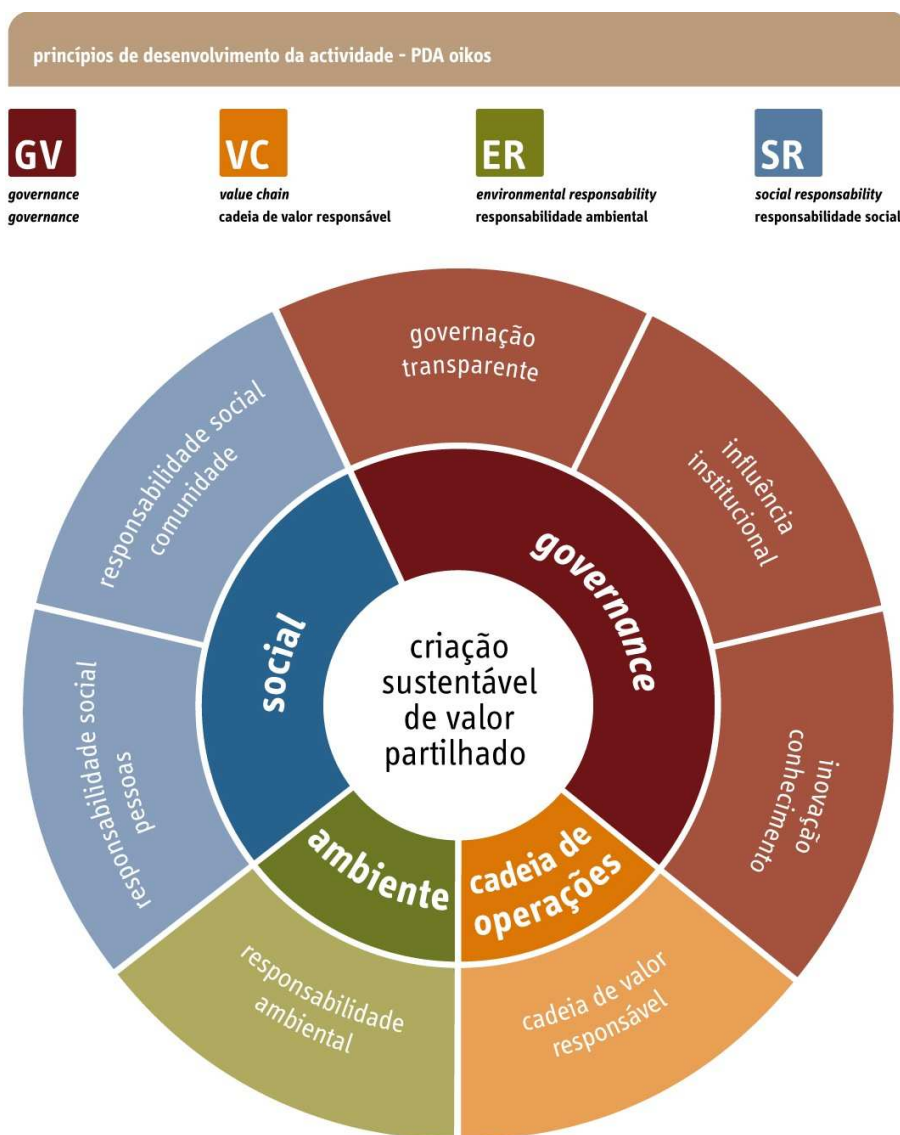


Figura 1 – PDA Oikos

- ❖ Os princípios de desenvolvimento da actividade – PDA Oikos - estão estruturados de acordo com os quatro pilares da sustentabilidade: *governance*, cadeia de valor responsável, responsabilidade ambiental e responsabilidade social.

1.2 Modelo de *governance*

O nosso modelo de *governance* encontra-se estruturado através dos seguintes órgãos sociais eleitos: assembleia-geral, comissão fiscalizadora e conselho directivo.

Assembleia-geral

É o órgão soberano da Oikos e é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos, sendo presidida pela mesa da assembleia-geral, constituída por um presidente, um secretário e um vogal; é da exclusiva competência da assembleia-geral deliberar sobre: as linhas fundamentais da actuação da associação, propostas pelo conselho directivo; eleger os titulares dos cargos dos órgãos sociais e destituí-los, ocorrendo justa causa; apreciar e votar, anualmente, o relatório & contas do conselho directivo, ouvido o parecer da comissão fiscalizadora; deliberar sobre a modificação dos estatutos e extinção, fusão ou cisão da assembleia; e deliberar sobre as matérias que não sejam da competência dos outros órgãos da associação.

Comissão fiscalizadora

É composta por três titulares: um presidente, um secretário e um vogal; compete à comissão fiscalizadora: fiscalizar a escrituração, livros e documentos, acompanhar as sessões do conselho directivo sempre que julgue necessário e dar parecer sobre o relatório & contas do exercício.

Conselho directivo

É constituído por um número ímpar de titulares, no mínimo de cinco e no máximo de nove, compreendendo um presidente, um secretário, um tesoureiro e vogais; compete ao conselho directivo, sem prejuízo do demais previsto na lei ou nos estatutos: representar a associação em juízo ou fora dele; definir as linhas gerais da actividade da associação e propô-las à deliberação da assembleia-geral; aprovar os regulamentos internos e modificá-los; validar a actividade de gestão da direcção executiva; e deliberar sobre o relatório e contas do exercício, planos estratégicos, planos de actividades, planos orçamentais, estrutura funcional, quadro de pessoal e organigramas dos serviços elaborados pela direcção executiva.

A constituição dos órgãos sociais eleitos é a seguinte:

Mesa da assembleia-geral

Presidente: Ernâni Lopes
Secretária: Cristina Peixinho
Vogal: Sarsfield Cabral

Comissão fiscalizadora

Presidente: António Cunha Vaz
Secretária: Maria Teresa Fonseca
Vogal: Jorge Oliveira Pinto

Conselho directivo

Presidente: José Alberto dos Reis Lamego
Secretário: João José Nunes Fernandes
Tesoureiro: José Melo Torres Campos
Vogal: José do Canto Moniz
Vogal: António José Paulino
Vogal: Maria Luísa de Oliveira Pegado
Vogal: Matilde Sousa Franco
Vogal: Vitor Manuel Carola
Vogal: Miguel Anacoreta Correia

1.3 Estrutura Organizacional Interna (Funcional)

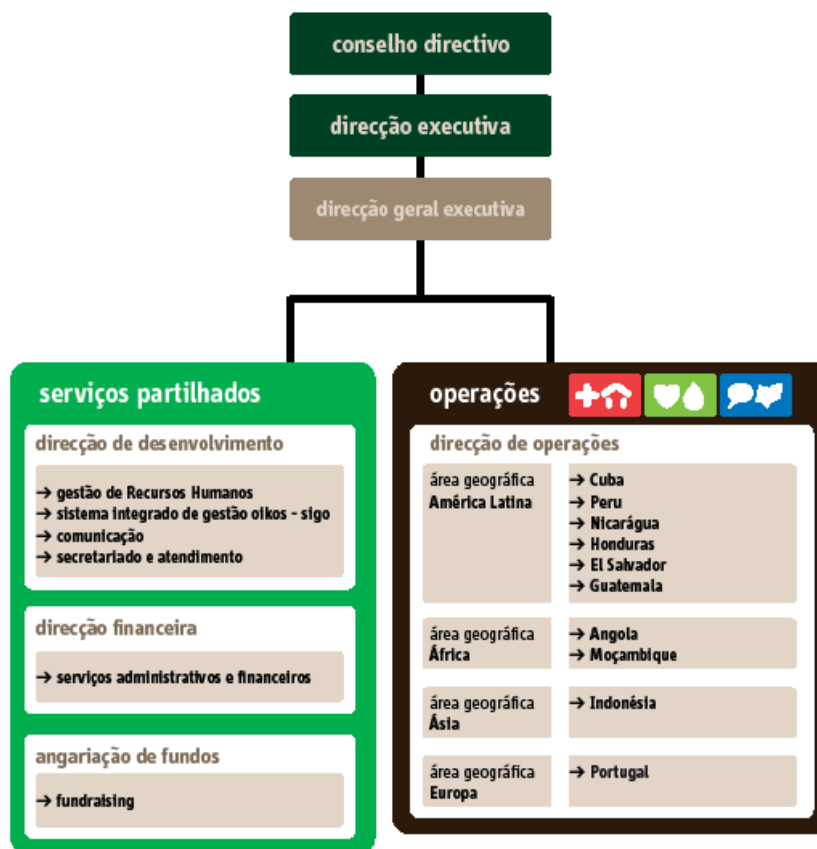


Figura 2 – Organograma Funcional

Em 2007, num processo que culminou com a aprovação e verificação externa do Relatório de Responsabilidade Social da Oikos – Versão Zero (2006-07), a estrutura orgânica passou a ser composta por uma Direcção Executiva, coordenada pelo Director Geral Executivo, e por duas áreas: Operações e Serviços Partilhados.

A gestão executiva da associação é assumida pela **direcção executiva**, sendo da sua responsabilidade a gestão integrada, através do modelo de desenvolvimento sustentável e de melhoria contínua, nomeadamente: desenhar, planificar, rever e garantir a execução, após validação do conselho directivo, dos planos estratégicos, planos de actividades, orçamentos, recursos humanos e serviços partilhados. Elaboração dos relatórios de gestão, de actividades e contas para aprovação do conselho directivo.

No formato actual, a Direcção Executiva é composta por:

- ❖ um Director-Geral Executivo, que coordena a direcção executiva e é membro de pleno direito do conselho directivo, sendo responsável pela articulação da estrutura executiva com os órgãos sociais, representação oficial, gestão

estratégica da comunicação e do *fundraising* e corresponsabilidade na gestão estratégica, financeira e operacional com os directores das respectivas áreas;

- ❖ um Director de Operações, responsável pela gestão operacional, dos programas e projectos nas áreas de acção humanitária, vida sustentável e cidadania global e pela gestão estratégica das delegações;
- ❖ um Director Administrativo e Financeiro, responsável por: planeamento estratégico da área administrativa e financeira, gestão financeira da organização e gestão do serviço partilhado administrativo e financeiro, na sede e nas delegações.

A área de **Operações**¹ é dirigida por um director com poderes delegados do Conselho Directivo e participação na Direcção Executiva. Está organizada em função dos sectores de intervenção e das zonas geográficas de intervenção:

- ❖ Os sectores de Intervenção estão organizados em função do *Continuum* de Desenvolvimento da Oikos: Acção Humanitária, Vida Sustentável/Desenvolvimento e Cidadania Global.
- ❖ Geograficamente as operações estão organizados pelas seguintes zonas: América Latina, África, Ásia e Europa.

Na América Latina, Ásia e África, a Oikos opera com delegações/representações em países em desenvolvimento. Actualmente, a Oikos mantém delegações próprias nos seguintes países: Portugal, Peru, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Cuba, El Salvador e Moçambique.

Os serviços partilhados: Desenvolvimento Organizacional (Recursos Humanos, Sistema Integrado de Gestão Oikos, Comunicação, Secretariado e Atendimento), Serviços Administrativos e Financeiros e Angariação de Fundos prestam serviços a toda a Organização, de forma transversal.

¹ A área de operações é materializada no GAP (Gabinete de Apoio a Projectos).

1.4 Criação de Valor Partilhado

Na análise das oportunidades de actuação e nos processos de tomada de decisão, quer em termos individuais quer em contexto de parceria, assumimos a responsabilidade da gestão racional e partilhada dos recursos humanos, económicos, sociais, naturais e culturais para o benefício das gerações presentes e futuras.

Promovemos a criação de cadeias de valor sustentáveis, assentes em dinâmicas de transformação social, de parcerias tri-sectoriais e cooportunidade para o desenvolvimento de comunidades locais e regionais, competitivas e responsáveis, sendo todas as actividades avaliadas em termos de agregação de valor, escala e reutilizabilidade e os resultados alvo de um processo de melhoria constante.

Proibimos expressamente as práticas ilegais de corrupção, de comissões, de facturação falsa, de favorecimento a entidades públicas ou privadas e de concorrência desleal para a obtenção de vantagens competitivas.

Os nossos parceiros

A nossa especificidade, a capacidade de intervenção e de obtenção de impactos sustentáveis dependem da excelência da rede de parcerias de valor acrescentado que potenciamos, tanto à escala global como regional e local, entre cidadãos, entidades públicas e entidades privadas.

Não actuamos sozinhos nem nos substituímos às comunidades e organizações locais, verdadeiros protagonistas do desenvolvimento. Trabalhando em rede, a nossa acção é realizada em parceria com governos e autarquias, organizações não governamentais e grupos de base, empresas, igrejas, centros de cultura e associações profissionais.

Redes e plataformas

Para consolidar o trabalho efectuado com os parceiros locais e potenciar a criação de conhecimento partilhado, pertencemos a redes nacionais e internacionais.

Plataforma Portuguesa das ONGD

Reúne 49 Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas.

ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Uma rede para o desenvolvimento local em meio rural que, desde Março de 1999, alargou o seu âmbito de intervenção a territórios urbanos e tem agora dimensão nacional.

EUROSTEP - European Solidarity Towards Equal Participation of People

Rede europeia que luta por uma sociedade mais solidaria e participativa, vocacionada para o debate das políticas de cooperação junto da União Europeia, do Banco Mundial, FMI, OMC e outras Organizações Internacionais; um dos projectos mais significativos da Eurostep é o apoio à publicação anual do Relatório da Ajuda - Reality of Aid, um dos relatórios mais conceituados a nível internacional no que diz respeito a análise e avaliação da Ajuda Publica ao Desenvolvimento.

CIFCA – Copenhagen Initiative for Central America and Mexico

Organização constituída para monitorizar e influenciar as políticas da União Europeia para a América Central.

European Platform for Conflict Prevention and Transformation

Rede de 150 ONG europeias envolvidas na prevenção e/ou resolução de conflitos violentos a nível internacional.

Website: <http://www.conflict-prevention.net/page.php?id=76>

Social Watch

Coligação internacional de monitorização dos compromissos e avanços efectivos das políticas de erradicação da pobreza e equidade de género dos governos e organismos internacionais; anualmente é produzido um relatório "Social Watch/Observatório da Cidadania", sendo a Oikos a única instituição portuguesa membro desta coligação.

Global Call for Action Against Poverty

Coligação de mais de 900 organizações em 70 países, responsável pela campanha global de luta contra a pobreza; em Portugal, a campanha intitula-se "PobrezaZero" e é gerida e mantida pela Oikos.

CE/DG-ECHO

É o Departamento de Ajuda Humanitária da União Europeia, que providencia assistência de emergência às vítimas de desastres naturais ou conflitos armados, fora da União Europeia, e é o maior financiador nesta área; através do seu fundo de financiamento, todos os anos são ajudados 18 milhões de pessoas, em mais de 60 países, através de 200 parceiros, entre ONG e agências da ONU. A Oikos mantém um Contrato Quadro de Cooperação com a DG-ECHO.

ECOSOC

É o principal órgão das Nações Unidas de coordenação das actividades económicas e sociais, das 14 agências especializadas das Nações Unidas, das 10 comissões funcionais e das 5 comissões regionais; actua como fórum central de discussão de questões económicas e sociais internacionais e de formulação de recomendações políticas para os estados membros das Nações Unidas. A Oikos tem estatuto consultivo, desde o ano 2000, no ECOSOC.

2 Desafios da Gestão

Durante os exercícios de 2006/07, os órgãos de gestão – apoiados pelos órgãos sociais da organização – procuraram definir reposicionar estrategicamente a Oikos. Para tal, muito contribuiu o esforço em torno da produção do primeiro relatório de responsabilidade social de uma ONGD portuguesa, o desenho de um novo plano estratégico para o período de 2007-2010 e a criação de uma política de envolvimento de *stakeholders* identificados. Contudo, para que os lineamentos estratégicos possam ser operacionalizados, revelou-se essencial uma revisão do Manual de Procedimentos Administrativos (MPA) da Oikos, em vigor desde 2001. Desta forma, no ano de 2008 foi efectuada uma actualização do Manual, de modo a garantir a sua compatibilização com os Princípios de Desenvolvimento da Actividade (PDA – Oikos) e facilitar a implementação da nova estratégia.

O Manual concretiza o PDA – Oikos, acompanhando-o de uma série de políticas e procedimentos de *Governance*, que complementam e concretizam alguns dos princípios previamente aprovados:

- ❖ Procedimento de Apresentação das Queixas;
- ❖ Política de Prevenção e Resposta a Situações de Assédio;
- ❖ Política de Confidencialidade;
- ❖ Política e Procedimento de Denúncia (*Whistleblower Policy*).

Mais além da definição de princípios e políticas de gestão, o novo Manual fornece directrizes para a:

- ❖ Gestão de Recursos Humanos
 - Recrutamento e selecção;
 - Contratação e acolhimento;
 - Categorias e remuneração;
 - Progressão salarial;
 - Processamento de salários;
 - Termo de contrato;
 - Gestão de Dossier.
- ❖ Gestão Financeira
 - Planeamento, Orçamentação e Controlo
 - Orçamento anual
 - Plano anual de tesouraria
 - Gestão de Tesouraria
 - Plano Mensal de tesouraria

- Caixa e Bancos
 - Procedimentos de Suporte (Aprovisionamento de bens e serviços, etc.;
- ❖ Gestão administrativa e financeira de projectos
 - Ciclo de Projecto;
 - Plataforma de comunicação;
 - Orçamentação e controlo;
 - Gestão de dossier;
 - Auditoria e Reporting.

3 O que fazemos

3.1 Indicadores socioeconómicos dos Países onde Actuamos

Todos os países onde a Oikos desenvolve projectos de cooperação para o desenvolvimento são países de baixo índice de desenvolvimento humano, segundo a classificação do PNUD.

Tabela 1: Indicadores Socioeconómicos

País	Pop (milhões)	Pib/pc (USD ppp)	p.a.n.p (%)	e.v. (anos)	a.M (%)	a.H (%)	m.i. (‰)	a.a.p. (%)	IDH rank	IDH valor
Portugal	10,4	19,629	n.a.	77,5	9	9	4	100	28	0,904
Cuba	11,2	5,7	n.a.	77,6	3	3	6	91	50	0,826
Peru	27,2	5,678	31,8	70,2	13	5	24	83	82	0,767
Equador	13,0	3,963	37,2	74,5	9	6	23	94	83	0,765
El Salvador	6,8	5,041	40,6	71,1	22	17	24	84	101	0,729
Indonésia	220,1	3,609	52,4	67,2	16	7	30	77	108	0,711
Nicarágua	5,4	3,634	79,9	70	32	32	31	79	112	0,698
Bolívia	9,0	2,72	42,2	64,4	18	7	54	85	115	0,692
Honduras	7,0	2,876	44	68,1	24	24	31	87	117	0,683
Guatemala	12,3	4,313	31,9	67,6	36	22	33	95	118	0,673
Angola	15,5	2,18	69,4	41	72	44	154	53	161	0,439
Moçambique	19,4	1,237	78,4	41,6	67	36	104	43	168	0,390

Pop: população total

Pib/p.c: Produto Interno Bruto *per capita*

p.a.n.p: população abaixo do nível de pobreza internacional (<2 USD/dia)

e.v: esperança de vida

a.M: analfabetismo das mulheres

a.H: analfabetismo dos homens

m.i: mortalidade infantil

a.a.p: acesso a água potável

IDH rank: posição no ranking do IDH

IDH valor: índice de desenvolvimento humano (PNUD)

3.2 Projectos de Acção Humanitária

Os dois pilares fundamentais da acção humanitária são a assistência e a protecção. De uma forma geral, toda a acção humanitária contribui para assistir e proteger as pessoas mais vulneráveis perante uma situação de emergência, verificada ou potencial.

De acordo com o referencial do Sphere Project: *Humanitarian Charter and Minimum Standards in Disaster Response*, emergência pode ser definida como “uma situação em que os meios normais de suporte a vida com dignidade falharam, em resultado de uma catástrofe natural ou provocada pelo Homem”.

Uma emergência é sempre uma situação extraordinária, presente ou iminente, na qual existem ameaças sérias e imediatas à vida humana e/ou aos meios de vida sustentáveis que fornecem o suporte a uma existência digna.

Contudo, nem sempre é evidente o que constitui uma situação de emergência, nem todos os terremotos ou furacões resultam numa destruição dos meios de subsistência ou da própria vida humana. O mesmo fenómeno pode causar impactos muito diferenciados sobre as vidas humanas e os meios de subsistência, devido aos distintos graus de vulnerabilidade ambiental, social e económica das populações atingidas.

Deste modo, a questão que se coloca à Oikos e a de determinar em que situações desencadear uma acção humanitária.

Os critérios que habitualmente seguimos no processo de decisão são:

- O nível de necessidades, avaliadas segundo referenciais técnicos;
- O espaço humanitário, cobertura das necessidades por parte de outras entidades;
- A existência ou não de um apelo internacional ou de um pedido das autoridades locais competentes à assistência internacional;
- A nossa capacidade de intervenção, tendo em consideração: o conhecimento do terreno e dos sectores de intervenção prioritários, a existência de recursos financeiros acessíveis, a capacidade operacional própria e/ou através de parceiros locais e internacionais, o acesso às populações mais necessitadas e, finalmente, critérios de segurança para equipas e meios da Oikos.

Actualmente, a Oikos e a ONGD portuguesa que, actuando ao longo do continuum da acção humanitária, o faz numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em três continentes: África, Ásia e América Latina.

A nossa opção de resposta em termos de acção humanitária encontra-se, prioritariamente, orientada para as comunidades das regiões e países com as quais já trabalhamos, permitindo assim, através do conhecimento adquirido e já partilhado, uma maior rapidez no diagnóstico, eficiência na resposta e consistência no impacto da intervenção.

Cuba

5A18 - Restaurar as condições de vida da população afectada pelos furacões Gustav e Ike nos municípios de Bahía Honda e Gibara, Cuba

local de intervenção	Cuba: Pinar de Río (município de Bahía Honda) e Holguín (município de Gibara)			
datas	Início	Novembro 2008	Conclusão	Mai 2009
beneficiários	9.722 famílias			
área do continuum	Ajuda Humanitária			
sectores de intervenção	Emergência; Abrigo; Horticultura; Saúde			
parceiros	Poder Popular de Bahia Honda; Poder Popular de Gibara; Departamento de Saúde de Gibara; ANAP – Bahia Honda; e ACTAF – Pinar del Rio			
financiadores	DG ECHO			
orçamento	510.000 EUR Tranches contratuais: € 408.000 Nov-08 e pagamento final com relatórios. Responsabilidade de co-financiamento Oikos: 0 Registos contabilísticos em 2008: <ul style="list-style-type: none"> • Custos: € 43 • Proveitos: € 0 • Proveitos diferidos: €408.000 			
contexto	As acções combinadas dos furacões <i>Gustav</i> (nível 4 em 5) e <i>Ike</i> (nível 3 em 5), com ventos tremendamente fortes e chuvas torrenciais, praticamente ao longo de todo o território nacional, entre 30 de Agosto de 9 de Setembro de 2008, tornaram-se nos mais devastantes fenómenos meteorológicos na história Cubana, segundo as autoridades Cubanas, causando enormes danos à população, bem como de uma maneira generalizada às infra-estruturas públicas e produtivas. Acima de 444.000 casas foram danificadas, com particular incidência nos telhados das mesmas. Segundo fontes nacionais, 2.500 centros de evacuação foram abertos e 2.915.000 pessoas (cerca de 20% da população total) foram evacuadas. As perdas ao nível agrícola, floresta e criação de gado, bem como instalações de todos os tipos são muito sérias. As localidades mais afectadas, por serem mais vulneráveis às chuvas, ventos e inundações, são: Pinar del Rio, Isla de Juventud, Holguin, Las Tunas e Camaguey.			
objectivos gerais	Melhorar as condições de vida da população das Províncias de Pinal del Río e Holguin, Cuba			
objectivos específicos	Restaurar o acesso a condições de habitação básica, acesso a estruturas de saúde e reactivação da produção agrícola, para as famílias afectadas pelos furacões Gustav e Ike, nas províncias de Pinal del Rio e Holguin.			
resultados esperados no fim do projecto	R1. 400 estruturas de habitação em Bahia Honda e 400 em Gibara foram reabilitadas de acordo com os padrões internacionais de emergência. R2. 400 famílias na Bahia Honda e 400 famílias em Gibara melhoram as suas condições de habitação e higiene. R3. 25 unidades de saúde na municipalidade de Gibara reabilitadas de acordo com os padrões internacionais de emergência. R4. 80 hectares na municipalidade de Habia Honda reabilitados para a produção agrícola de vegetais e várias sementes de ciclo curto			

América Central

El Salvador

5C04 - Sistema de Informação, Monitorização e Resposta Rápido na zona Sul do Departamento de Ahuachapán, El Salvador

Local de intervenção	El Salvador. Departamento de Ahuachapán. Municípios de San Francisco Menendez, Jututla, Guaymango and San Pedro Puxtla, que constituem a Associação dos Municípios do Sul de Ahuachapán.			
Datas	Início	Fevereiro 2007	Conclusão	Setembro 2008
Beneficiários	46,874 pessoas			
Área do continuum	Acção humanitária – Preparação e Prevenção de Catástrofes (<i>Disaster Preparedness</i>)			
Sectores de intervenção	Prevenção e Preparação de Catástrofes.			
Parceiros	FUNSALPRODESE			
Financiadores	CE/DG-ECHO ; IPAD; Oikos; outros			
Orçamento	<p>335.215,00 EUR</p> <p>Tranches contratuais: € 142.500 em 20/03/2007, € 85.500 em 18/08/2008 e restante com relatórios</p> <p>Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 50.215, dos quais € 39.484 com apoio financeiro do IPAD.</p> <p>Registos contabilísticos em 2008:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custos: € 175.850 • Proveitos: € 181.984 			
Contexto	<p>O projecto em implementação na micro região denominada Sul Ahuchapán e composta pelas Municipalidades de San Francisco Menendez, Jututla, Guaymango e San Pedro Puxtla (Departamento de Ahauchapán, El Salvador). Os quatro municípios foram afectadas por várias catástrofes provocados por eventos naturais: terremotos (2001), inundações (1982,1984,1985, 1998, 2005) e desabamentos (2005). Além destas emergências de grande escala registadas a nível nacional, a área tem sido afectada frequentemente por eventos locais (especialmente inundações e desabamentos) que têm afectado gravemente as condições económicas e de vida das populações locais, aumentando ulteriormente a vulnerabilidade da zona. As previsões sobre as alterações climáticas, devidas ao aumento da temperatura global, que mais afectarão a zona, apontam a um aumento dos fenómenos climáticos extremos em El Salvador.</p>			
objectivos gerais	Contribuir para uma melhor preparação a nível comunitário e uma redução do impacto das inundações e desabamentos entre as famílias mais vulneráveis da área do Sul Ahuchapan, El Salvador.			
objectivos específicos	Estabelecer um sistema micro regional de informação, coordenação e resposta rápida em caso de inundações e desabamentos na micro região do Sul-Ahuachapán, El Salvador			

resultados esperados no fim do projecto	<p>R1. A capacidade institucional no âmbito da gestão do risco das 4 municipalidades da Micro Região do Sul Ahuachapán envolvidas tem sido fortalecida</p> <p>R2. A capacidade de preparação de desastres das comunidades tem sido fortalecida na Micro Região do Sul Ahuachapán</p> <p>R3. Foi instalado um Centro Micro Regional de Informação, Monitorização e Alerta para zonas de alto risco de inundações e desabamentos no Sul Ahuachapán</p> <p>R4. Os resultados do projecto têm sido discutidos e disseminados a nível nacional e centro americano</p>
--	---

5C05 – Implementação de um sistema multi-ameaça de informação, coordenação e resposta perante desastres naturais, na Micro-região Centro, de Ahuachapán, El Salvador.

local de intervenção	El Salvador Departamento de Ahuachapán, Municípios de Tacuba, Ahuachapán, Concepción de Ataco and Apaneca – Micro-região Centro de Ahuachapán			
datas	Início	1 de Outubro 2008	Conclusão	31 de Dezembro 2009
beneficiários	41.661 pessoas			
área do continuum	Ajuda Humanitária			
sectores de intervenção	Preparação e Prevenção de Catástrofes (<i>Disaster Preparedness</i>)			
parceiros	FUNSALPRODESE			
financiadores	CE/DG-ECHO			
orçamento	<p>405.882 EUR</p> <p>Tranches contratuais: € 172.500 Out -08, € 103.500 Jun-09 e remanescente com relatórios.</p> <p>Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 60.882 com apoio financeiro do IPAD em € 47.472</p> <p>Registos contabilísticos em 2008;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custos: € 12.748 • Proveitos: €172.500 			
contexto	<p>Este projecto visa, em termos gerais, contribuir para a redução do impacto dos desastres naturais junto da população da Micro-Região Centro de Ahuachapán, e surge da experiência de um projecto anterior que teve lugar na mesma Província mas na Micro-Região Sul, igualmente executado pela Oikos e demais parceiros envolvidos nesta proposta.</p> <p>De facto, nos últimos anos, esta região tem sido afectada, por vários desastres provocados por eventos naturais: terremotos, inundações e desabamentos. Além destas emergências de grande escala registadas a nível nacional, a área tem sido afectada frequentemente por eventos locais (especialmente inundações e desabamentos) que têm afectado gravemente as condições económicas e de vida das populações locais, aumentando ulteriormente a vulnerabilidade da zona.</p> <p>Neste sentido, este projecto propõe-se intervir com base numa</p>			

	abordagem de resposta a múltiplas ameaças, e visando colmatar a insuficiente capacidade de resposta das estruturas locais e nacionais; a falta de conhecimento por parte das populações mais vulneráveis e de recursos para fazer face às calamidades; a insuficiente informação sobre gestão do risco e a ausência de infra-estruturas para enfrentar situações de emergência.
objectivos gerais	Contribuir para a redução do impacto dos desastres naturais junto da população da Micro-Região Centro de Ahuachapán
objectivos específicos	Melhorar a capacidade de informação, coordenação e resposta rápida a desastres naturais das populações vulneráveis da Micro-Região Centro de Ahuachapán, El Salvador
resultados esperados no fim do projecto	<p>Resultado 1: Um sistema micro-regional de informação, monitoria e alerta é estabelecido, tendo um foco sobre múltiplas ameaças, na micro-região centro de ahuachapán</p> <p>Resultado 2: As capacidades de preparação para desastres locais por parte das comunidades mais vulneráveis da micro-região centro de ahuachapán, são reforçadas</p> <p>Resultado 3: A capacidade institucional de resposta ao desastre é reforçada nos quatro municípios da micro - região centro de ahuachapán, em coordenação com as instituições distritais e nacionais de gestão do risco</p> <p>Resultado 4: Disseminada informação sobre gestão do risco, ao nível local, micro-regional e nacional, no âmbito de iniciativas de comunicação e sensibilização pública</p> <p>Resultado 5: A população mais vulnerável da micro-região centro de ahuachapán tem ao seu dispor infra-estruturas de apoio a emergências adequadas</p>

Nicarágua

5E01 - Apoio à população afectada pelo furacão Felix em Tasba Pri, Região Autónoma do Norte Atlântico, Nicarágua

Local de intervenção	Nicarágua. Tasba Pri, Região Autónoma do Norte Atlântico.			
Datas	Início	Novembro 2007	Conclusão	Abril 2008
Beneficiários	2,843 famílias.			
Área do continuum	Acção humanitária – reabilitação			
Sectores de intervenção	Segurança Alimentar; Abrigo; Preparação e Prevenção de Catástrofes.			
Parceiros	Asociación Medica Cristiana (AMC); ACRA			
Financiadores	CE/DG-ECHO			
Orçamento	290.000,00 EUR Tranches contratuais: € 232.000 Nov-07 e pagamento final em 31/10/2008. Responsabilidade de co-financiamento Oikos: 0 Registos contabilísticos em 2008; Custos: € 259.834 Proveitos: € 43.962			
Contexto	Tasba Pri (Terra livre em "Miskito") é um território de 65 Km de comprimento, integrado no município de Puerto Cabezas, sendo Sasha a maior comunidade, com 1811 habitantes. A maioria das 56			

	<p>comunidades estão situadas na floresta e com poucas vias de acesso.</p> <p>Tasba Pri situa-se na região mais pobre da Nicarágua. Cerca de 90% da população é vulnerável. Muitas comunidades, mesmo antes da ocorrência do Furacão Félix, já enfrentavam sérios problemas de saúde, falta de acesso a água potável, falta de acesso a serviços de saúde e um elevado nível de insegurança alimentar.</p> <p>O Furacão Félix provocou sérios danos nos cultivos de arroz, mandioca, bananas, milho e feijão. Em consequência, a falta de alimentos far-se-á sentir num período não inferior a 5/6 meses.</p> <p>Os sistemas de abastecimento de água, maioritariamente poços, fora destruídos ou contaminados, implicando um grave risco para a saúde pública. A habitação é também um problema agudo, uma vez que muitas estruturas foram afectadas deixando inúmeras famílias sem abrigo. Um problema semelhante afecta as infra-estruturas sociais, em especial as Unidades de Saúde.</p>
objectivos gerais	Distribuição de ajuda humanitária às populações afectadas pelo furacão Felix.
objectivos específicos	Restabelecer as condições de vidas das comunidades afectadas nos territórios de Tasba Pri.
resultados esperados no fim do projecto	<p>R.1: Segurança alimentar restabelecida em todas as comunidades de intervenção;</p> <p>R2: Estruturas de abrigo e de saúde reabilitadas;</p> <p>R3: Informação de preparação de desastres divulgada e trabalhos piloto de mitigação desenvolvidos com as comunidades;</p>

Honduras

5B08 - Echo- Alianza -restaurar as condições de vida das comunidades afectadas pela Depressão Tropical 16.

Projecto iniciado em Dezembro de 2008, com execução operativa apenas a partir de Janeiro de 2009. Apresento um saldo em balanço, a título de Receitas Diferidas de € 160.000.

América do Sul

Peru

4D12 – Ajuda de emergência às populações afectadas pelo terramoto nas Províncias de Yauyos e Cañete, Peru

Local de intervenção	Peru. Departamento de Lima, Províncias de Yauyos and Cañete.			
Datas	Início	20 Setembro 2007	Conclusão	20 Março 2008
Beneficiários	6,150 pessoas.			
Área do continuum	Acção humanitária – emergência			
Sectores de intervenção	Abrigo Temporário; Água e saneamento; Reactivação dos Meios de Vida;			
Financiadores	CE/DG-ECHO			
Orçamento	390.000,00 EUR Tranches contratuais ; € 312.000 18/10/2007 e € 65.415 em 11/11/2008. Responsabilidade de co-financiamento Oikos: 0 Registos contabilísticos em 2008; <ul style="list-style-type: none"> • Custos: € 213.386 • Proveitos: € 65.415 			
Contexto	Os beneficiários desta acção são pessoas que vivem nas zonas rurais mais remotas das Províncias de Yauyos e Cañete, no Departamento de Lima, afectadas pelo terramoto de 15 de Agosto de 2007. O terramoto provocou a destruição de habitações, e danificou seriamente os sistemas de abastecimento de água potável e de irrigação. Esta população dedica-se à agricultura de subsistência, cultivando batata, milho, feijão e hortícolas. Também são criadores de gado, em especial ovelhas e cabras.			
objectivos gerais	Recuperar o nível de vida existente antes do terramoto nas províncias de Yauyos e Cañete.			
objectivos específicos	Reduzir o impacto do terramoto garantindo o acesso a água potável, irrigação e abrigo de qualidade.			
resultados esperados no fim do projecto	R1. Pelo menos 1,800 pessoas afectadas estão instaladas em abrigos temporários. R2. Pelo menos 4,200 pessoas têm acesso permanente a água potável nas quantidades mínimas essenciais. R3. 4,000 metros de canais de irrigação reactivados e em funcionamento.			

África

Moçambique

3B19 - Apoio ao Reassentamento da População afectada pelas cheias no Vale do Zambeze.

Local de intervenção	Moçambique. Distritos de Morrumbala (Província da Zambézia) e Mutarara (Província de Tete).			
Datas	Início	15 Julho 2007	Conclusão	30 Setembro 2008
Beneficiários	4,000 Famílias			
Área do continuum	Acção humanitária – emergência			
Sectores de intervenção	Água e Saneamento; Segurança alimentar; Prevenção e Preparação de Catástrofes.			
Financiadores	CE/DG-ECHO, Fundação Calouste Gulbenkian			
Orçamento	379,351.88 EUR Tranches contratuais: € 230.657 em 01/10/2007 e € 47.160 em 03/07/2008. Restante com relatórios Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 32.038 Registos contabilísticos em 2008; <ul style="list-style-type: none">• Custos: € 261.361• Proveitos: € 104.867			
Contexto	Os distritos de Morrumbala e Mutarara, respectivamente nas Províncias da Zambézia e Tete, foram dos mais atingidos pelas cheias que atingiram Moçambique em Fevereiro de 2007 e que deixaram 285.000 pessoas sem casa e/ou meios de subsistência. Em Dezembro de 2007 o nível das águas dos rios Zambeze e Shire voltou a subir e a provocar novas inundações. De acordo com dados do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), a maioria das 285.000 pessoas atingidas pelas cheias do início de 2007, voltaram a ser afectadas no final de 2008.			
objectivos gerais	Contribuir para mitigar os efeitos das inundações em comunidades rurais no vale do rio Zambeze			
objectivos específicos	Apoiar o reassentamento através da melhoria do acesso sustentável a água e alimentação.			
resultados esperados no fim do projecto	R1: Melhorado o acesso a água para agricultura e consumo humano; R2: Famílias beneficiárias aumentam a sua produção de alimentos; R3: Fortalecidas as capacidades locais para mitigação de inundações futuras.			

3B22 - Implementação de sistema de alerta e resposta comunitário aos desastres naturais na Ilha de Moçambique e nos Distritos de Mossuril

local de intervenção	Moçambique Nampula, Ilha de Moçambique e distritos de Mossuril			
datas	Início	Novembro 2008	Conclusão	Outubro 2009
beneficiários	74.765 pessoas			
área do continuum	Ajuda Humanitária			
sectores de intervenção	Preparação e gestão de desastres; Advocacia;			
parceiros	INGC (Instituto Nacional Gestão de Crises), Nampula; Associação Luarte – Arte, Cidadania e Transformação Social			
financiadores	CE/ DG ECHO			
orçamento	184.517,00 EUR Tranches contratuais: € 78.415 em 04/11/20078 e € 54.891 após “utilização” de 70% da 1ª. Tranche. Restante com relatórios Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 27.686 Registos contabilísticos em 2008; <ul style="list-style-type: none"> • Custos: € 129 • Proveitos: € 0 • Proveitos diferidos: € 78.415 			
contexto	A 9 de Março de 2008, o ciclone “Jokwe”, de categoria 3, causou o primeiro deslizamento de terras a Sul de Mossuril, devastando a região, o que inclui a Ilha de Moçambique. Com rajadas registadas de 200 km por hora, a tempestade removeu telhados das casas e danificou infra-estruturas deixando aproximadamente 400 famílias sem abrigo. O alto impacto ao nível material e infra-estruturas, causando igualmente perda de meios de subsistência além de mortes, resultou da combinação de vulnerabilidades económicasocial na região e incapacidade de resposta a desastres naturais.			
objectivos gerais	Aumentar preparação e capacidade de resposta das comunidades vulneráveis nas áreas costeiras da Ilha de Moçambique e Mossuril, e minimizar o impacto de ciclones, maremotos e outros desastres naturais.			
objectivos específicos	Promover a criação e integração de sistemas comunitários de alerta e resposta, bem como estratégias de redução do risco, suportadas por planos governamentais de resposta a desastre na Ilha de Moçambique e Mossuril.			
resultados esperados no fim do projecto	R1: Unidades comunitárias e a nível distrital para resposta/gestão de risco a desastres elaboram planos integrados de resposta a desastres para os Distritos de Mossuril e Ilha de Moçambique. R2: Sistema de alerta e resposta a desastres terrestre e marítimo desenhado e testado			

3B23 - Segurança alimentar de emergência e recuperação dos meios de subsistência para as famílias afectadas pelo ciclone e cheias em Moçambique Central

local de intervenção	Moçambique Nampula: Distrito de Mossuril (Lunga, Matibane) e no Distrito da Ilha de Moçambique (Ilha e Lumbo) Zambezia: Distrito de Morrumbala (Chire)			
datas	Início	Novembro 2008	Conclusão	Junho 2009
beneficiários	5.200 famílias			
área do continuum	Ajuda Humanitária			
sectores de intervenção	Segurança alimentar; Preparação e gestão de desastres; Agricultura, Pesca; Nutrição			
parceiros	Associação Luarte – Arte, Cidadania e Transformação Social; IDPPE- Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala			
financiadores	CE/ DG ECHO			
orçamento	529.764 EUR Tranches contratuais: € 402.000 em 02/12/2008. Restante com relatórios Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 27.264 Registos contabilísticos em 2008; <ul style="list-style-type: none"> • Custos: € 129 • Proveitos: € 0 • Proveitos diferidos: € 402.000 			
contexto	A maioria das famílias residentes nas áreas costeiras de Nampula e ao longo do rio Chire na Zambezia executam uma combinação de actividades piscatórias e agrícolas para alimentar os seus membros. Nos primeiros meses de 2008, uma série de devastadores desastres naturais destruiu os meios de subsistência de milhares de famílias na região central de Moçambique. O fortíssimo ciclone <i>Jokwe</i> que atingiu a costa de Nampula em Março de 2008, destruiu casas, sementes e barcos de milhares de famílias deixando a maioria destas sem comida ou outros meios de subsistência. A acção propõe aumentar o conhecimento e prática comunitários de métodos de mitigação nos meios de subsistência alimentar através de campos de demonstração e barcos de pesca que ajudam os beneficiários a ver os benefícios em termos de produtividade e redução do risco na adopção de novas técnicas tirando partido das planícies na estação seca. Como complemento, a acção criará incentivos estruturais replantando florestas e áreas de mangais, ligando estas actividades a actividades geradoras de rendimento.			
objectivos gerais	Mitigar o impacto dos recentes desastres naturais na segurança alimentar e meios de subsistência das famílias afectadas pelas cheias e ciclone em Moçambique central, reduzindo a sua vulnerabilidade a choques futuros.			
objectivos específicos	Apoiar a recuperação de actividades produtivas às famílias de agricultores e pescadores afectados pelo ciclone e cheias em Mossuril, na Ilha de Moçambique (Nampula) e em Morrumbala (Zambezia).			

resultados esperados no fim do projecto	R1: Dividendos das famílias agricultoras e pescadoras aumentados. R2: Aumentada a capacidade das famílias beneficiárias para armazenar, preservar e maximizar os benefícios nutricionais dos alimentos. R3: Reforçadas as capacidades locais para mitigar o impacto de futuros desastres naturais na segurança alimentar
--	--

3.3 Projectos de Promoção da “Vida Sustentável”

“...a pobreza pode ser definida como uma condição humana, caracterizada por uma persistente e crónica privação dos recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para desfrutar de um adequado padrão de vida e de outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais.”²

Desde a sua fundação, a Oikos entende a pobreza como uma realidade complexa. Trata-se de um fenómeno multidimensional que necessita de ser abordado de forma integrada e holística.

A pobreza deve ser entendida como um síndrome situacional que envolve um consumo insuficiente, má nutrição, habitação precária, baixos níveis de educação, falta de acesso a água potável e condições sanitárias abaixo dos padrões mínimos, instabilidade ou falta de inserção nas estruturas produtivas, incapacidade de participação e ausência de mecanismos de integração social e, por vezes, exclusão derivada da intolerância da sociedade perante a adesão a um conjunto de valores que são diferentes da maioria.

Se a pobreza é definida como falta de qualidade de vida ou carência de recursos que garantam uma qualidade de vida adequada, *“temos de considerar dimensões como a disponibilidade de tempo livre, segurança pessoal, protecção contra a violência pública ou familiar, protecção face às catástrofes naturais e equidade de género.”³*

Ou seja, implicando *“outras dimensões imateriais e a existência de capacidades pessoais para evitar a exclusão, tais como a capacidade de pensamento analítico, a habilidade para processar informação e as competências de comunicação e de gestão, que possibilitam a plena participação num mundo globalizado, em especial a adaptação às novas modalidades de trabalho e produção.”⁴*

Assim, a pobreza é, simultaneamente, causa e efeito da vulnerabilidade. Assistir as comunidades locais na gestão e redução dos factores de risco social, ambiental e económico é condição indispensável para a promoção de uma vida sustentável e digna.

Os factores de vulnerabilidade mais frequentes nas comunidades em que trabalhamos podem tipificar-se em três grupos principais:

² Committee on Economic, Social and Cultural Rights (2001). *“Substantive issues arising in the implementation of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights: Poverty and the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights”*, Document E/C.12/2001/10. Disponível em www.unhchr.ch.

³ Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) - 2003. *Documento sobre la pobreza para la III Conferencia Regional de Seguimiento de la Cumbre de Desarrollo Social*.

⁴ Social Watch Report, 2006.

- **físicos e ambientais** - recursos naturais degradados, falta de direitos no acesso a recursos como água e terra, eventos climáticos como secas, furacões e inundações;
- **económicos e de mercado** - carência de fontes de rendimento e degradação dos activos, injustiça no comércio e falta de um quadro regulatório que proteja as populações mais pobres, falta de infra-estruturas, vias de comunicação e meios de transporte;
- **saúde, políticos e sociais** - falta de acesso a água potável e saneamento básico; incidência de doenças como a malária, tuberculose, VIH/Sida, má nutrição; reduzidas habilidades profissionais, falta de acesso a educação; discriminação e desigualdade por motivos de género, étnicos, religiosos, políticos, de debilidades ou de deficiências.

A intervenção da Oikos tem como objectivo auxiliar as comunidades locais na gestão e redução destes factores de risco, em quatro momentos essenciais a um processo de desenvolvimento sustentável:

- **disponibilidade** - criar os procedimentos necessários para que os beneficiários obtenham nas suas comunidades os bens e os recursos, em quantidade suficiente, para satisfazerem as suas necessidades básicas de forma permanente e sustentável;
- **acessibilidade** - facultar os procedimentos necessários para que os beneficiários obtenham, com equidade, os bens e os recursos disponíveis nas suas comunidades;
- **utilização** - promover os procedimentos necessários para que os beneficiários utilizem, de forma segura, efectiva e eficiente os bens e os recursos disponíveis nas suas comunidades;
- **empowerment** - implementar procedimentos de qualificação e organização que permitam aos beneficiários exercerem a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento e o exercício dos seus direitos.

Através de uma abordagem baseada nos direitos económicos, ambientais, sociais e culturais (DESC), promovemos a vida sustentável, ou seja, a equidade social, económica, cultural e de género, como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das pessoas e comunidades que vivem em situação de pobreza e de vulnerabilidade.

Em grande medida, o papel da Oikos nos projectos de vida sustentável é o de facilitar processos de transformação social, em corresponsabilização com os vários actores envolvidos (organizações de base, ONG parceiras, sector público e sector privado), que possibilitem empoderar (*empowerment*) indivíduos e organizações locais, permitindo-lhes exercer a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento.

Seguidamente, apresentamos os principais projectos de “vida sustentável” em curso no ano de 2008.

África

Angola

3A36 - Jango - Formação para transformação em Angola.

Local de intervenção	Angola , âmbito nacional (Benguela, Bie, Kwanza-Sul, Huambo, Huila, Luanda, Malange, Moxico e Namibe).
datas	Início Abril 2001 conclusão Setembro 2008
beneficiários	692 formadores de 25 organizações, 10 000 pessoas.
área do continuum	Vida sustentável - meios de vida sustentáveis
sectores de intervenção	fortalecimento dos actores sociais.
parceiros	Caritas de Angola, IECA, ICCO.
financiadores	CE/DEV, IPAD, ICCO, CAFOD e oikos.
orçamento	2.373.207,00 EUR Tranches contratuais: Adiantamento € 300.892 08 em Fev-02 e tranches intercalares em Nov-03, Abr-05, e Mai-07 por € 336.539, 321.494 e € 642.990 respectivamente. Pagamento final com relatórios Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 593.301 com apoio financeiro do IPAD em € 84.999 e Fundação Calouste Gulbenkian em € 10.000 e co-financiamento directos no terreno que totalizaram € 381.602 Registos contabilísticos em 2008: <ul style="list-style-type: none">▪ Custos: € 121.703▪ Proveitos: € 0
contexto	<p>A ideia do projecto "Jango - Formação para a Transformação em Angola" é concebida num contexto de guerra civil em Angola.</p> <p>Ao longo de 40 anos de conflito armado, as organizações humanitárias desempenharam um papel assistencialista que procurou responder ao desafio de satisfazer as necessidades imediatas e básicas das populações. O reinício das actividades bélicas em Novembro de 1998 significou um adiamento da paz e do regresso à normalidade.</p> <p>É neste quadro que, em finais de 1999, a Oikos propõe a criação de um projecto de formação para a transformação, de âmbito nacional, endereçando um convite à IECA, à Caritas, à ICCO e à CAFOD, para a constituição de um consórcio angolano e europeu.</p> <p>A situação de guerra que se viveu até 2002 foi a causa mais evidente da degradação da economia e da pobreza generalizada, potenciando um aumento da violência, da corrupção, da degradação moral e da marginalização de uma cada vez maior franja da sociedade angolana.</p> <p>Um programa de formação em exercício e de criação de uma rede de formadores, como o previsto neste projecto, só faz sentido se for articulado entre ONG, Igrejas e Instituições oficiais que têm projectos e trabalho de terreno com as comunidades.</p> <p>De âmbito nacional, o projecto pretende contribuir para que ONG, Igrejas e entidades oficiais que trabalham em Angola promovam uma maior participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento, potenciando um desenvolvimento comunitário de qualidade e sustentável, baseado na participação das pessoas e dos grupos na decisão, na realização e avaliação dos projectos de que são</p>

	beneficiários e na valorização dos saberes e dos recursos locais em harmonia com o meio ambiente.
objectivos gerais	Contribuir para que ONG, Igrejas e Entidades a trabalhar em Angola promovam uma maior participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento e no desenvolvimento das suas comunidades.
objectivos específicos	Criação de um sistema sustentável e eficiente para a formação de formadores de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC's) e em técnicas de gestão e planificação participativa do desenvolvimento em Angola.
resultados esperados no fim do projecto	R1: Criado um sistema sustentável e eficiente para a formação de formadores de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC's) e em técnicas de gestão e planificação participativa do desenvolvimento em Angola. R2: A Rede social de formação estabelecida pelo projecto oferece serviços de formação, assessoria e consultoria na área social e humanitária, a nível nacional. R3: Capacidades técnicas dos formadores e das instituições membros da Rede reforçadas.

3A87 - Quilengues – melhoria da segurança alimentar.

Projecto com execução concluída em Dezembro de 2007, mas não encerrado contabilisticamente dado que aguarda conclusão do Relatório Final.

Moçambique

3B11 - Segurança Alimentar em Bilene-Macia, na Província de Gaza.

local de intervenção	Moçambique Macia, Distrito de Bilene, Província de Gaza.			
datas	Início	Maio 2004	Conclusão	Abril 2008
beneficiários	2.000 famílias			
área do continuum	sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	Meios de vida sustentáveis/livelihoods			
parceiros	MLAL; UNAC; DDAR's			
financiadores	CE/DEV, IPAD, Oikos			
orçamento	1.307.365,59 EUR Tranches contratuais: Adiantamento € 407.966 em Mai-04 e tranches intercalares em Mar-06 e Jun-07 por € 260.400 e 390.600 respectivamente. Pagamento final com relatórios Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 130.737 com apoio financeiro do IPAD integral. Registos contabilísticos em 2008: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 176.878 ▪ Proveitos: € 98.439 			
contexto	A população moçambicana é predominantemente rural e, na sua grande maioria, pobre. O projecto abrange o distrito de Bilene-Macia, localizado a Sul da Província de Gaza. Com uma superfície de 3.200 Km ² , 4,2 % do total da Província, é uma população de 133.173 habitantes (12,5 % do total de habitantes da Província de Gaza), o distrito de Bilene-Macia possui uma densidade populacional aproximada			

	de 42 habitantes por km2. O potencial agrário do distrito é estimado em 267.808 ha, dos quais 175.557 com potencialidades para a agricultura, 42.251 para a pecuária e 50.000 para florestas. Apenas 27.830 ha se encontram cultivados pelo sector familiar.
objectivos gerais	Melhoria da segurança alimentar da população rural dos distritos de Bilene -Macia, na Província de Gaza.
objectivos específicos	Produtores organizados garantem a auto-suficiência alimentar e aumentam as fontes de rendimento.
resultados esperados no fim do projecto	R1. Produção aumentada e diversificada. R2 . Melhorada a organização comunitária, através da institucionalização de associações de produtores e comerciantes. R3. Melhorado o acesso aos mercados. R4. Reforçados os serviços estatais descentralizados (DDADR), que tutelam o desenvolvimento rural, e do parceiro local (UNAC).

3B14 - Projecto de Segurança Alimentar no Distrito de Mandimba

local de intervenção	Moçambique. Distrito de Mandimba, Província do Niassa.			
datas	Início	Outubro 2005	conclusão	Setembro 2009
beneficiários	4.700 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	Meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i> fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	AMODER			
financiadores	CE/DG-DEV			
orçamento	651.415,28 EUR Financeiro concedido pela EU ao Governo de Moçambique, através do Ministério da Agricultura representado pela Direcção Provincial de Agricultura (DPA) de Nampula em que a Oikos participa com "Agente de Implementação". Tranches contratuais: Adiantamento equivalente a 50% do orçamento e tranches 20 dias após a aprovação pela DPA dos relatórios financeiros. Responsabilidade de co-financiamento Oikos/IPAD: € 130.904 Registos contabilísticos em 2008: Custos: € 259.104 Proveitos: € 281.421			
contexto	Este projecto de segurança alimentar dá continuidade ao trabalho realizado no mesmo distrito, pela Oikos, desde 2002, nos dois Postos Administrativos de Mandimba e Mitande e nas 4 Localidades de Mississi, Lissiete, Luelele e Meluluca.			
objectivos gerais	Redução da pobreza e melhoria da situação económica da população rural do distrito de Mandimba.			
objectivos específicos	Melhoria sustentável do sistema de produção de 4.700 famílias camponesas organizadas, do distrito de Mandimba, garantindo a segurança alimentar, o aumento da produtividade e a diversificação das fontes de rendimento.			
resultados esperados no fim do projecto	R1: Produção aumentada e diversificada. R2: Produtores organizados em associações. R3: Produtores com acesso e ligação ao mercado. R4: Técnicos e beneficiários formados e capacitados.			

3B16 –Dinamização Pesca Artesanal na Região da Ilha de Moçambique

local de intervenção	Moçambique. Região da Ilha de Moçambique, Província de Nampula.
datas	Início Janeiro 2007 conclusão Dezembro 2008
beneficiários	1180 pessoas
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis
sectores de intervenção	Meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i> (Pesca artesanal)
parceiros	ASSOPIMO – Associação de Pescadores da Ilha de Moçambique; A.A.I.M - Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique; DDAP - Direcção Distrital de Agricultura e Pescas, por parte das autoridades locais.
financiadores	IPAD; OIKOS
orçamento	Total: 146.004,00 EUR Tranches contratuais: 60 dias após assinatura do contrato € 86.058 (21/12/2006) e remanescente até 60 dias após aprovação dos relatórios. Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 38.342 Registos contabilísticos em 2008: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 114.246 ▪ Proveitos: € 86.058
contexto	<p>Geograficamente, a Micro-região de Mossuril e Ilha de Moçambique compreende uma superfície territorial de 3886 km², sendo que destes 3441 km² pertencem ao distrito de Mossuril e 445 km² ao Município da Ilha de Moçambique. Fica situada na costa oriental da Província de Nampula. A nível da rede de acesso rodoviário encontramos estradas classificadas em regionais e terciárias. Além destas existem as vias que dão acesso às comunidades rurais as quais não estão classificadas embora sejam de importância vital para a economia local possibilitando a circulação de mercadorias e passageiros.</p> <p>A pesca na região da Ilha é a actividade dominante da população activa sobretudo devido a de vários constrangimentos a que tem sido sujeita, tais como, a guerra e as políticas económicas. O uso de técnicas tradicionais leva a que os rendimentos sejam baixos e com isto um conseqüente aumento da pobreza. Contudo, uma intervenção bem dirigida pode melhorar a situação e criar as condições necessárias para o desenvolvimento.</p> <p>O Governo acentua que se deve dar maior atenção à pesca artesanal como uma forma de reduzir a pobreza absoluta.</p> <p>Do levantamento efectuado, foram seleccionados os pescadores artesanais que se dedicam quase exclusivamente a esta actividade, porque existem também na zona de Mossuril muitos agricultores de subsistência que se dedicam também a pesca artesanal como uma forma de completar o rendimento e fazer face as suas necessidades básicas.</p> <p>Como na região já existem muitas mulheres que se dedicam à secagem e comercialização do peixe fresco e seco é intenção do projecto melhorar a capacidade de autogestão destas mulheres facilitando por meio de treinamento uma melhoria de qualidade nos processos de conservação e secagem/salga do pescado bem como nas técnicas de comercialização.</p> <p>A escolha deste grupo de mulheres visa motivar um maior número de mulheres a interessar-se por esta actividade e fazer assim um maior</p>

	equilíbrio de género com rendimentos maiores do que aqueles que proporcional a agricultura familiar.
objectivos gerais	Aumentar a qualidade de vida da população beneficiária, contribuindo para a redução da pobreza e desenvolvimento sócio-económico.
objectivos específicos	Aumentar a produção pesqueira artesanal através da melhoria dos processos de conservação e gestão dos recursos e das técnicas de processamento e dinamizar a rede de comercialização a fim de assegurar maiores rendimentos aos pescadores.
resultados esperados no fim do projecto	R1: Aumento do volume e qualidade de pesca (aumento da produção anual de 125t ano para 200t ano) R2: Aumento da comercialização da produção de pescado com qualidade (de 100 t ano para 150t ano) R3: Maior organização e controle e autogestão das associações de pescadores referindo-se ao ciclo produtivo do sector (pesca - processamento - conservação - comercialização).

3B18 – Projecto Skeleka Motaze III – Fortalecer a segurança alimentar no contexto do VIH/SIDA

Local de intervenção	Moçambique. Distrito de Magude, Província de Maputo.			
Datas	Início	Julho de 2007	Conclusão	Outubro de 2009
Beneficiários	1.500 famílias			
Área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
Sectores de intervenção	Meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i> fortalecimento dos actores sociais			
Financiadores	CAFOD			
Orçamento	319.378,92 Usd Tranches contratuais: US\$ 158.978 Jul-07 restante com aprovação de relatórios. Responsabilidade de co-financiamento Oikos: 0 Registos contabilísticos em 2008: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 158.483 ▪ Proveitos: € 108.991 			
Contexto	O Distrito de Magude enfrenta graves problemas, tais como: insegurança alimentar, fluxo migratório de homens que se deslocam para a África do Sul com o objectivo de trabalhar nas minas ou nas fazendas, baixos rendimentos familiares, falta de água potável, mais de 50% das crianças em idade escolar não frequentam a escola, problemas de saneamento que originam elevados índices de doenças como a diarreia, malária e ainda uma elevada taxa de subnutrição. Esta situação é agravada pela existência de um nível elevado de prevalência do HIV/SIDA, estimada em cerca de 22% da população residente.			
objectivos gerais	Reduzir a pobreza de famílias rurais da região de Motaze através da minimização dos efeitos do HIV/SIDA e insegurança alimentar			

objectivos específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1) Melhorar o acesso de 1,500 famílias a alimentos de qualidade 2) Aumentar a capacidade produtiva e poder de compra de 300 famílias através de novas actividades de geração de rendimento 3) Melhorar condições de saúde e qualidade de vida de pessoas com HIV/SIDA 4) Reduzir a vulnerabilidade de 400 crianças, órfãs de pessoas com SIDA, através do acesso a cuidados familiares, educação e saúde
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1: Famílias mais vulneráveis dispõem de acesso contínuo a bens alimentares diversificados</p> <p>R2: Famílias obtêm diversificação de fontes de rendimento e aumento de rendimento de actividades não agrícolas, como mel, costura y cerâmica</p> <p>R3: Prestado tratamento e acesso a bens alimentares e fontes de rendimento a pessoas com HIV/SIDA e suas famílias</p> <p>R4: Lares com crianças órfãs melhoram o seu acesso a serviços de saúde, abrigo e fontes de rendimento.</p>

3B24 - Produção e Comercialização de Culturas de Rendimento (Gergelim e Feijão Bóer) entre pequenos produtores do Niassa

local de intervenção	Moçambique Distrito de Mandimba, Província de Niassa			
datas	Início	Dezembro 2008	Conclusão	Novembro 2011
beneficiários	1,000 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	Meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i>			
parceiros	União Distrital de Camponeses de Mandimba; CLUSA.			
financiadores	CE/ Europeaid			
orçamento	<p>508.689,47 EUR</p> <p>Tranches contratuais: Adiantamento € 122.190 Fev-09, e dois pré-financiamentos de € 117.455 em Fev-10 e Fev-11 com pagamento final após relatórios.</p> <p>Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 111.912</p> <p>Registos contabilísticos em 2008:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 49 ▪ Proveitos: € 0 			
contexto	<p>O distrito de Mandimba possui mais de 90.000 hectares propícios para a produção agrícola intensiva que poderiam ser dedicado em parte para culturas de rendimento. Actualmente, a produção destas culturas não tem significado comercial pela falta de investimentos iniciais em sementes melhoradas, falta de acompanhamento em tecnologias adequadas para aumentar produtividade e falta de oferta de transportadores, o que diminui a rentabilidade da cultura. Através deste projecto, pretende-se promover a transformação de associações de camponeses em entidades de agro-negócio de pequena escala, capazes de ser fornecedores credíveis nas cadeias de valores de feijão boer, gengerlim, e amendoim.</p>			
objectivos gerais	Objectivo Global: Aumentar o papel de grupos de produtores de pequena porte como dinamizadores da economia local e regional.			

objectivos específicos	Objectivo específico: Aumentar o rendimento de produtores através da adopção de práticas produtivas e empreendedoras para responder às demandas locais e regionais do mercado para cadeias de valor de gergelim e feijão boer.
resultados esperados no fim do projecto	R1: 1,000 produtores produzem gergelim e feijão boer com qualidade ao responder às características exigidas pelo mercado R2: Associações de produtores planificam e gerem negócios rentáveis e orientados ao mercado. R3: Grupos de camponeses com ligações comerciais estabelecidas com comerciantes finais de gergelim e feijão boer.

América Latina

Cuba

5A20 - Melhoria dos serviços de saúde primária nas províncias de Santiago de Cuba e Sancti Spíritus, Cuba

Local de intervenção	Cuba Município Trinidad, Província Sancti Spiritus			
Datas	Início	Junho 2008	Conclusão	Setembro 2009
Beneficiários	576 pessoas (Província Santiago de Cuba) 10.757 pessoas (Província Sancti Spiritus)			
Área do continuum	Vida Sustentável			
Sectores de intervenção	Saúde; Serviços sociais básicos			
Parceiros	Ministério de Saúde Pública			
Financiadores	IPAD			
Orçamento	121.329,43 € Co-financeiro IPAD : 47.269, Co-financiamento embaixada do Japão em Cuba: US\$ 103.685 Registos contabilísticos em 2008: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 0 ▪ Proveitos: € ▪ Proveitos diferidos: € 37.815 			
Contexto	Os Consultórios Médicos Familiares (CMF) foram criados pelo governo Cubano em 1989 para melhorar a atenção médica primária. Contudo, nos anos 90 a grave crise económica que afectou Cuba depois da dissolução da União Soviética prejudicou gravemente a capacidade, por parte das instituições governamentais, de garantir a manutenção e os fornecimentos de materiais e equipamentos necessários para o funcionamento dos CMFs. Além disso, nos últimos anos em Cuba verificaram-se frequentes fenómenos atmosféricos extremos (furacões, tempestades tropicais, etc.) que danificaram gravemente as infra-estruturas sociais do país, sem que o Estado tivesse a capacidade de garantir a reabilitação das mesmas.			
objectivos gerais	Melhorar os indicadores de saúde da população de Guamá, Santiago de Cuba e Trinidad, Sancti Spíritus e para a implementação dos programas governamentais de assistência sanitária.			

objectivos específicos	Melhorar o acesso aos serviços de saúde primária nos municípios de Trinidad, Sancti Spíritus e Guamá, Santiago de Cuba.
resultados esperados no fim do projecto	R1: Realizados os planos de reconstrução dos Consultórios Médicos Familiares identificados R2: Realizada a reconstrução e o equipamento básico dos CMF identificados

Equador e Peru

4D08 - Programa Binacional para a conservação e gestão participativa dos bosques tropicais do vale do rio Chinchipe

local de intervenção	Equador e Peru. Distritos de San Ignacio e Jáen no Peru e Cantão de Palanda e Chinchipe no Equador.			
datas	Início	Junho 2005	Conclusão	Abril 2009
beneficiários	7.360 pessoas correspondendo a 1.600 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i>			
parceiros	ITDG (cabeça de consórcio), FACES e CARITAS			
financiadores	CE/DG-DEV, ITDG, Oikos			
orçamento	previsto	responsabilidade ITDG: 1.954.251,00 EUR responsabilidade Oikos: 134.103,05 EUR A Oikos é apenas responsável pela Monitorização do projecto e seguimento de algumas componentes técnicas. Consolidação contabilística será efectuada no final do projecto, após encontro de contas com ITDG (2009).		
contexto	<p>As crises políticas que ambos os países têm vivido nos últimos tempos têm exacerbado a pobreza de grandes sectores rurais, contribuindo para um aumento do processo de emigração da população camponesa da zona andina que, por falta de outras oportunidades económicas, tem ocupado e desflorestado as zonas marginais da floresta com o objectivo de extrair madeira e instalar culturas temporárias. Frequentemente, estas áreas correspondem a reservas indígenas, pelo que a sua ocupação tem gerado confrontos violentos. A exploração florestal encontra-se a cargo de inúmeros pequenos madeireiros que, com a tentativa de manter o sustento familiar, desenvolvem uma actividade ilegal e depredatória, arriscando a sustentabilidade da sua actividade económica.</p> <p>As instituições locais contam com uma preparação e recursos insuficientes para fazer frente a estes problemas. Todas estas restrições têm gerado uma espiral que desmotiva os habitantes que dependem da gestão adequada e da conservação da floresta, motivo pelo qual os países andinos perdem centenas de milhares de hectares de floresta tropical a cada ano, assistindo assim a uma diminuição do seu capital natural.</p>			
objectivos gerais	Promover a conservação das florestas tropicais da bacia binacional do Chinchipe (Peru e Equador).			

objectivos específicos	Desenvolver um modelo de gestão sustentável de florestas na bacia binacional do Chinchipe, com plena participação da população local.
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1: Instituições locais e regionais melhoram o conhecimento do potencial florestal da bacia a que pertencem.</p> <p>R2: Camponeses e produtores florestais da bacia aumentam as suas capacidades para gerir de forma sustentável os recursos florestais.</p> <p>R3: Governos locais e sociedade civil da bacia binacional estabelecem mecanismos participativos e espaços de concertação para fortalecer o manuseamento e conservação dos recursos florestais.</p> <p>R4: Produz-se e difunde-se informação relevante à boa gestão das florestas tropicais nos países andinos amazónicos.</p>

4D13 - Programa de Desenvolvimento Integral para uma Comunidade Migrante Interna: Caserío de Santa Clara, Dpto. Pítipo

Local de intervenção	Peru Distrito de Pítipo, Província de Ferreñafe, Departamento de Lambayeque			
Datas	Início	1 Maio 2007	Conclusão	30 Abril 2010
Beneficiários	Directos: 2.063 pessoas (Indirectos: 15.427 pessoas)			
Área do <i>continuum</i>	Vida Sustentável			
Sectores de intervenção	Educação; Agropecuária; Floresta, Saúde Primária			
Financiadores	Cruz Vermelha Espanhola, Comunidade de Madrid			
Orçamento	779.621 EUR			
Contexto	<p>Este programa visa as populações de um dos bairros mais pobres do Distrito de Pítipo. Trata-se de comunidades das zonas montanhosas emigradas em 1995 para esta zona costeira em busca de melhores condições de vida. Com 3 pilares integrados, a saber: Agropecuária-Ambiente, Saúde e Educação, este projecto visa preencher a necessidade de crescimento ao nível de desenvolvimento humano.</p> <p>Na área agropecuária-meio ambiente, prevê-se a melhoria da nutrição e segurança alimentar das famílias, bem como a melhoria dos rendimentos obtidos através da exploração pecuária. Concomitantemente, consideram-se aspectos de protecção do meio ambiente e reflorestação. Ao nível da saúde, construir-se-á um posto de saúde bem como fortalecer-se-á a rede de agentes de saúde existente na comunidade. Finalmente, ao nível da educação, construir-se-á 6 salas de aula, para inclusive proceder à alfabetização de adultos.</p>			
objectivos gerais	Melhorar as condições de vida da população regional com ênfase nos sectores vulneráveis			
objectivos específicos	Melhorar a qualidade de vida das populações de Santa Clara, combatendo a alta taxa de morbilidade e mortalidade geral e materno-infantil,			

	apostando na revisão do nível de ensino e no aumento da rentabilidade dos produtos agropecuários.
resultados esperados no fim do projecto	<p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de um posto de saúde primária em Santa Clara • Fortalecimento e capacitação de um comité local pro-saúde. • Itinerário formativo em saúde dirigido às famílias da comunidade • Disposição de uma área para sua localização e tratamento, assim como capacitação das famílias <p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de um recinto escolar com salas para ensino pré-primário, primário e secundário, espaço de receio, sanitário e vedação. • Cursos de reciclagem e técnicas modernas aos professores da comunidade e da área. • Criação e capacitação de um comité pró-educação. • Capacitação das famílias da comunidade em educação infantil • Cursos de alfabetização de adultos <p>Agropecuária – Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoramento da produção e respeito pelos cultivos tradicionais; • Introdução e fomento de culturas nutricionalmente mais ricas, como hortaliças, frutas bem como árvores para reflorestação; • Construção e implementação de um sistema de rega; • Introdução de espécies vegetais para pastos animais; • Capacitação de processos de plantio e ceifa; • Melhoramento dos estábulos e da saúde dos animais; • Melhoria da qualidade das espécies animais; • Melhoria do rendimento obtido pelo leite, através do seu processamento para o fabrico de queijos e iogurtes.

4D14 – Saneamento básico e gestão ambiental no assentamento de Martín de Porres, distrito de Comas, Lima, Peru

Local de intervenção	Peru Província de Lima, Distrito de Comas, San Martín de Porres			
Datas	Início	1 Fevereiro 2005	Conclusão	30 Junho 2008
Beneficiários	Directos: 825 pessoas (Indirectos: 2.220 pessoas)			
Área do <i>continuum</i>	Vida Sustentável			
Sectores de intervenção	Educação; Agropecuária; Floresta, Saúde Primária			
Financiadores	Cruz Vermelha Espanhola, Comunidade de Madrid			
Orçamento	546.555 EUR			

Contexto	<p>O presente programa está orientado para beneficiar 825 pessoas, correspondendo a 130 famílias, em S. Martín de Porres, Província de Lima, população esta em situação de vulnerabilidade e impactada por uma série de carências e limitações as quais requerem solução imediata e que permitirá melhorar as suas condições de vida.</p> <p>Os problemas mais latentes identificados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carecem de serviços de água potável. 91% das famílias compra a água armazenada em contentores em mau estado, sendo que 9% adquirem a água a camiões cisterna de qualidade dúbia. • Não tem um sistema de saneamento público. 7% das famílias eliminam os seus excrementos em sanitários e 77% fá-lo em silos os quais não têm tratamento adequado e por conseguinte se convertem em focos de contaminação ambiental. No Verão, 16% libertam-se das suas excretas a céu aberto. • Estas famílias residem numa ladeira desflorestada com a presença de restos de deslizamentos de outras épocas, pelo que o risco de activação de correntes perante o incremento das precipitações fluviais é latente, o que ocasionaria derrames e deslizamentos de lama e pedras afectando estas populações.
objectivos gerais	Melhorar as condições de vida da população de S. Martín de Porres, contribuindo para o progresso sócio-económico e para a erradicação da pobreza.
objectivos específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1 Promoção da sociedade civil 2 Melhoria da educação e cobertura das necessidades básicas
resultados esperados no fim do projecto	<p>1. Desenvolvimento comunitário e fortalecimento de capacidades:</p> <p>R1: Melhoria da capacidade organizativa e gestão das organizações de primeiro e segundo nível de San Martín de Porres;</p> <p>R2: Os habitantes de San Martín de Porres exercem o seu papel de cidadãos participando activamente no seu Governo local;</p> <p>R3: Rede de facilitadores e voluntarios e rede de promotores comunitários de San Martín de Porres constituída capacitada e em funcionamento com responsabilidades nas temáticas da Educação Comunitária, Saúde e Saneamento Ambiental.</p> <p>2. Saneamento básico e melhoria das condições sanitário-ambientais:</p> <p>R1: A aldeia de San Martín Porres dispõe de um sistema de água potável e drenagem comum em funcionamento e administrados por uma empresa pública.</p> <p>R2: As famílias de San Martín de Porres fazem uso adequado da água, drenagem e das instalações sanitárias.</p> <p>R3: A população de San Martín de Porres incorporou hábitos e comportamentos saudáveis e ambientalmente adequados.</p> <p>R4: A aldeia melhorou a sua protecção frente a danos e desastres do meio ambiente.</p>

América Central - Guatemala

5D01 – Projecto Cotz'ic: Segurança Alimentar e Nutricional em Ixchiguán

local de intervenção	Guatemala Município de Ixchiguán, Departamento de San Marcos.			
datas	Início	Fevereiro 2007	conclusão	Janeiro 2009
beneficiários	4.821 pessoas			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	Água e saneamento; Agricultura e segurança alimentar Fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	CODDEFFAGOLF, FUNSALPRODESE; UCA-Universidade Centro-Americana			
financiadores	CE/DG-DEV, Oikos, Outros doadores			
orçamento	449.978,9 EUR Tranches contratuais: Adiantamento € 215.670 Fev-07, e pré-financiamentos de € 148.413 em Mai-08, com pagamento final após relatórios. Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 44.998, dos quais € 39.598 foram recebidos em 23/12/2008. Registos contabilísticos em 2008: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 163.739 ▪ Proveitos: € 188.411 			
contexto				
objectivos gerais	OG1. Contribuir para a redução da vulnerabilidade alimentar nas comunidades do município de Ixchiguán, Departamento de San Marcos, Guatemala. OG2. Apoiar os processos de fortalecimento municipal relacionados com a participação social e a descentralização da gestão do desenvolvimento. OG3. Reduzir os índices de doenças relacionadas com o consumo de água, as quais estão identificadas como parte das causas mais significativas de mortalidade e morbidade infantil.			
objectivos específicos	OE1. Melhorar a gestão sustentável dos recursos hídricos com orientação para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no Município de Ixchiguán, Departamento de San Marcos, Guatemala.			
resultados esperados no fim do projecto	R1: Garantida a disponibilidade de água, de forma sustentável, para consumo humano nas 10 comunidades localizadas nas micro-bacias dos rios Suchiate, Naranjo (Cuilco) y Coatán (Município de Ixchiguán, San Marcos, Guatemala). R2: Reabilitados os sistemas de irrigação para produção hortícola em três comunidades localizadas nas micro-bacias dos rios Suchiate, Naranjo (Cuilco) y Coatán (Município de Ixchiguán, San Marcos, Guatemala). R3: Estabelecida uma política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com foco na gestão sustentável de recursos hídricos, integrada no quadro da Lei do Sistema Nacional de SAN. R4: Melhorar o acesso da população do município à informação sobre temas de SAN com ênfase no uso e aproveitamento biológico da água.			

América Central - Honduras

5B07 - cadeias de produção e gestão sustentável dos recursos naturais nas zonas das ladeiras no município de Pespire

local de intervenção	Honduras Departamento de Choluteca, Município de Pespire, nas seguintes 15 comunidades rurais: Cerro del Higo, Carrizal, Tablón, Tabloncito, La Laguna, El Nanzal, El Guayabal, El Tamarindo, El Terrero, El Jícaral, El Brasil, Mesas Arriba, Mesas Abajo, Volcancito e Ocotillo, bem como na zona urbana de Pespire.			
datas	Início	15 Janeiro 2008	Conclusão	14 Janeiro 2011
beneficiários	5,587 pessoas			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	Agricultura e segurança alimentar; Fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	ADEPES			
financiadores	CE/ Europeaid; IPAD			
orçamento	785,352 EUR Tranches contratuais: Adiantamento € 219.829 Nov-07, e dois pré-financiamentos de € 155.142 em Jul-09 e Jul-10, com pagamento final após relatórios. Responsabilidade de co-financiamento Oikos: € 196.338 dois quais € 50.050 corresponde a apoio financeiro do IPAD. Registos contabilísticos em 2008: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 113.161 ▪ Proveitos: € 118.000 ▪ Proveitos Diferidos: € 141.869 			
contexto	A zona de implementação do projecto abrange 15 comunidades rurais e a zona urbana do município de Pespire, Departamento de Choluteca, Honduras, trata-se de uma zona que se caracteriza pelos graves índices de vulnerabilidade económica, social e ambiental. O projecto visa a redução da pobreza através da promoção de processos de produção alternativos sustentáveis, transformação e comercialização e de uma gestão racional dos recursos naturais existentes nas comunidades para criar receitas e emprego sustentável para os produtores/as da ladeira que vivem nas "microcuencas" do município Pespire			
objectivos gerais	Contribuir para a melhoria do nível de vida e conservação dos recursos naturais no Município de Pespire, e a criação de receitas e de emprego para os produtores rurais			
objectivos específicos	Promover processos de produção alternativos sustentáveis, transformação e comercialização, fazendo uso racional dos recursos naturais para a população rural do Município de Pespire, departamento de Choluteca			
resultados esperados no fim do projecto	R1. Introduzidas tecnologias de produção sustentáveis para os agricultores da ladeira das "microcuencas" no Município de Pespire R2. Incrementadas as receitas familiar geradas a partir de culturas alternativas transformadas e comercializadas por uma Micro-agroindustria Comunitária no Município de Pespire. R3. Reduzidas as práticas de contaminação nas comunidades rurais e na zona urbana de Pespire			

3.4 Educação para a Cidadania Global

A educação para a cidadania global, tradicionalmente limitada à “sensibilização da opinião pública do Norte sobre os problemas dos países do Sul” - Educação para o Desenvolvimento (ED) -, assume hoje a tarefa de criar uma consciência de cidadania global - Educação para a Cidadania Global (ECG) -, potenciando o surgimento de cidadãos capazes de assumir um papel de liderança social e de se auto-organizar numa multiplicidade de formas, com o objectivo de cuidar e de promover a criação de “bem comum”.

A promoção do “bem comum” exige a capacidade de assumir a responsabilidade na esfera local e global. Deste modo, o exercício do poder e das responsabilidades do cidadão acontece, simultaneamente, num contexto territorial e em sucessivas esferas da governação: local, nacional, regional e global.

Formas de Intervenção

segundo os objectivos e os públicos alvo a atingir, as principais formas de intervenção da ED/ECG são as seguintes:

sensibilização

chama a atenção da população ou de grupos específicos para um dado problema, devendo-se transmitir o máximo de informação útil ao destinatário, tendo em consideração, designadamente, a complexidade do problema, a capacidade de absorção da informação, a necessidade de estimular para a acção e a indicação de outras fontes informativas para aprofundar o tema.

mobilização

acções de ED/ECG que têm por objectivo atrair vários actores sociais e políticos, a opinião pública e a sociedade civil para a mudança de práticas e de políticas.

formação

trata-se de dotar o destinatário de competências que lhe permitam posteriormente trabalhar uma determinada temática no âmbito da ED/ECG.

produção de materiais pedagógicos

cruciais para dar a conhecer a ED/ECG, para trabalhar em escolas ou em sessões de formação, dotando o educador/formador de informação útil para a abordagem de temas complexos, de ferramentas de trabalho (fichas de actividades, jogos, pistas de reflexão...) e de indicação de metodologias de trabalho.

O trabalho de ED/Educação para a Cidadania Global, promovido pela Oikos, tem contado desde o início com o apoio de um grupo de professores voluntários – **GEDOIKOS** (Grupo de Educação ao Desenvolvimento da **Oikos**) que, para além de um trabalho de investigação e reflexão, programa e orienta ao longo do ano diversos tipos de actividades e iniciativas, nomeadamente Sessões de Formação para professores e alunos no âmbito da Educação ao Desenvolvimento na sua relação com o ambiente, cultura, cidadania, solidariedade entre outros temas. Nos últimos anos e dado o crescente interesse demonstrado por professores e alunos de todo o país, naturalmente merecedor de respostas positivas, a Oikos procedeu à criação de **Núcleos de Educação ao Desenvolvimento (NEDOIKOS)** em diversos pontos do país com o objectivo de multiplicar o trabalho já iniciado, permitindo ao mesmo tempo atingir um número crescente de estabelecimentos de ensino.

Estes núcleos, que funcionam ao mesmo tempo como grupo alvo e instrumento de consolidação e descentralização do trabalho de Educação para a Cidadania Global, são constituídos por elementos que ao longo dos tempos se têm vindo a envolver de uma forma mais efectiva, participando e colaborando com a Oikos em actividades de formação de professores e alunos, tornando-se "centros de recursos" disponíveis para a realização de actividades de sensibilização e formação não só na escola a que estão vinculados, mas em escolas geograficamente próximas.

Seguidamente apresentam-se os projectos de Educação para a Cidadania Global, com maior incidência no ano de 2008.

1A24 – Terra de Tod@s: Uma Visão Global do Desenvolvimento

local de Intervenção	Portugal			
datas	início	1 de Abril 2006	conclusão	Agosto 2008
área do continuum	cidadania global – Educação para a Cidadania Global			
tema de intervenção	Transculturalidade			
grupos alvo	sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> - Opinião pública e cidadãos (3100: mostras e festivais de cinema documental); - 700 jovens dos 14 aos 30 anos, estudantes do grau médio e superior; - 40 professores do ensino secundário e universitário; - 20 jornalistas - 20 representantes sindicais; - 20 técnicos de animação sociocultural; - 200 membros do "Movimento de Cidadãos Solidários" - 10 membros e grupos em risco de exclusão social; - 50 activistas e voluntários de movimentos sociais e ONG portuguesas; - 10 representantes de empresas. 		
	materiais pedagógicos e formação	300 jovens dos 14 aos 30 anos, participantes nas actividades de ED com apoio da unidade didáctica do projecto;		
Financiadores	DG-DEV (via CIC-Batá), Oikos			
Orçamento previsto	93.325,76 € (Componente gerida pela Oikos) Tranches contratuais: € 25.542 e €47.805 recebidos em 1/03/2007 e 6/08/2008 respectivamente. Registos contabilísticos em 2008: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 21.053 ▪ Proveitos: €60.305 dos €12.500 como Acréscimos de Proveitos a 31/12/2008. 			
Parceiros	Terra de tod@s é uma iniciativa de intercâmbio educativo e cultural para o desenvolvimento, promovida por um consórcio de Organizações Não Governamentais europeias de Espanha (Cic-Batá), Portugal (OIKOS) e Itália (Cospe e GVC), implicadas			

	<p>desde há muitos anos na promoção de modelos de desenvolvimento mais justos e inclusivos.</p>
<p>Objectivos a atingir</p>	<p>Objectivos Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar uma visão proactiva da sociedade civil organizada dos países do Sul, como protagonista na construção de alternativas políticas, económicas e sociais e na defesa dos direitos dos cidadãos, através do uso do audiovisual. - Fomentar a incorporação de novos actores sociais europeus nas tarefas de sensibilização sobre o papel dos Movimentos e Organizações Sociais do Sul na redução das desigualdades nos países em desenvolvimento. <p>Objectivo Específico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a opinião pública europeia acerca do papel dos movimentos e Organizações Populares do Sul na construção de um modelo social, económico e político mais equitativo, inclusivo e justo, que pode ser fortalecido na interacção com os agentes sociais Europeus.
<p>Resultados e impactos</p>	<p>Este projecto permitiu a criação de instrumentos de educação para a cidadania global, de grande qualidade, e que estão a ser requisitados por diversas instituições do país: Escolas, ONG e Associações de Desenvolvimento Local, Câmaras Municipais. Entre os instrumentos criados e que permanecerão em circulação para além da vida do projecto, destacamos um kit multimédia, integrado por 10 filmes documentários e um guia pedagógico, sobre os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Género e Desenvolvimento - Pobreza e Desenvolvimento, uma questão de direitos - Cidadania activa - Direitos Humanos e Democracia - Trabalho, Globalização e Direitos laborais - Sustentabilidade ambiental e Desenvolvimento - Cultura e Povos indígenas - Infância e Juventude - Guerra, terrorismo e violência - O sul nos meios de comunicação <p>Foi ainda criada uma exposição itinerante, de grande formato, que serve de suporte a conferências/debate, acções de sensibilização ou ciclos de cinema documental, sobre os 10 acima expostos.</p> <p>Um website: http://www.tierradetodos.eu , com informação sobre os materiais disponíveis e os eventos nos três países do projecto (Espanha, Itália e Portugal).</p>

1A26 – Kits ODM – Objectivos do Milénio

Local de Intervenção	Portugal			
Datas	início	Março 2007	conclusão	Julho 2009
Área do continuum	cidadania global – Educação para a Cidadania Global			
Tema de intervenção	ODM, Cooperação Internacional, Ajuda Pública ao Desenvolvimento			
Grupos alvo	Sensibilização	4000 agentes educativos entre professores, técnicos autárquicos e empresariais.		
Financiadores	IPAD, Oikos			
Orçamento	<p>Total: 103.481 EUR Apoio financeiro IPAD € 79.962– co-financiamento Oikos: € 23.519 Tranches contratuais: € 63.970 recebidos em 13/03/2007 e restante com aprovação de relatórios. Registos contabilísticos em 2008:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 22.562 ▪ Proveitos: € 0 			
Objectivos a atingir	<p>Objectivo Global: Aumentar a atenção e a capacidade de resposta da sociedade civil portuguesa face aos Objectivos do Desenvolvimento, sensibilizando os decisores para a adopção de políticas concordantes com os ODM.</p> <p>Objectivo Específico: Promover a incorporação das temáticas alusivas aos ODM na sociedade civil através de ferramentas pedagógicas adequadas a diferentes públicos-alvo.</p>			
Resultados a atingir	<p>Resultado 1: 4 Kits de materiais pedagógicos sobre os ODM, adequados a cada público-alvo desenvolvidos e distribuídos pelas instituições beneficiárias.</p> <p>Em termos reais, o resultado esperado para este projecto é a criação e desenvolvimento de uma ferramenta de trabalho que possibilite a diversos actores sociais (professores, técnicos autárquicos e empresariais) a abordagem dos problemas de fundo colocados pelos ODM, numa perspectiva centrada na reacção/acção, capaz de influir directa e indirectamente nas atitudes individuais e colectivas de cada um.</p> <p>Resultado 2: Os públicos-alvo estão formados para a utilização dos Kits pedagógicos</p> <p>Directamente, serão beneficiados com Kits ODM cerca de 4000 agentes educativos entre professores, técnicos autárquicos e empresariais. Será dada formação a cerca de 100 formandos, potenciais formadores de formadores acerca da didáctica dos Kits e estratégias de continuidade para além do projecto. Esta formação contará com o apoio dos NEDOIKOS, não só ao nível da identificação dos formandos como do apoio e integração na rede de NEDOIKOS existente como forma de garantir experiência de trabalho no terreno e reforçar os contactos necessários ao trabalho de ED.</p>			

1A29 - Mostra ODM – Cenários do Futuro

Local de Intervenção	Portugal			
Datas	início	Março 2008	conclusão	Maio 2010
Área do continuum	cidadania global – Educação para a Cidadania Global			
Tema de intervenção	ODM, Cooperação Internacional, Ajuda Pública ao Desenvolvimento			
Grupos alvo	Sensibilização		Cerca de 50,000 pessoas, entre Crianças dos 6 aos 12 anos, Municípios e Professores e Animadores Sócio-Culturais	
Financiadores	IPAD			
Orçamento	<p>107.684,61€</p> <p>Apoio financeiro IPAD € 79.475 – co-financiamento Oikos: € 28.209</p> <p>Tranches contratuais: € 64.252 recebidos em 13/05/2008 e restante com relatórios.</p> <p>Registos contabilísticos em 2008:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos: € 3.127 ▪ Proveitos: € 64.252 			
Objectivos a atingir	<p>Objectivo Geral: Contribuir para concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, através da consciencialização da opinião pública para o papel dos Governos neste processo.</p> <p>Objectivo Específico: Reforçar a informação da sociedade civil sobre as temáticas alusivas aos ODM, através de instrumentos de comunicação apelativos (exposições itinerantes) e adequados a um público-alvo diversificado.</p>			
Resultados e impactos	<p><u>Resultado 1:</u> Quatro exposições temáticas, cobrindo os 8 ODM e adequadas a um grupo-alvo diversificado, circulam de forma itinerante por Municípios das cinco regiões do país (Norte, Centro, Sul, Açores e Madeira).</p> <p><u>Resultado 2:</u> 10.000 cidadãos, em média, por autarquia, estão informados sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a importância do esforço político a desenvolver para a sua concretização.</p>			

Os projectos 4D04, 5A04, 5C03b, 5C06, 6B03, 6B04 e 8B01 terminaram a sua actividade operativa antes de 2008 e foram encerrados contabilisticamente em 2008. O projecto 3B13, apesar de ter encerrado a sua actividade operativa em 2007, ainda aguarda fecho contabilístico.

O projecto 5C06 tem actividade contabilística a partir de Dezembro de 2008 ainda que apenas tenha iniciado a sua actividade operativa em Março de 2009.

4 Contas do Exercício de 2008

4.1 Balanço e Demonstração de Resultados

4.1.1 Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro 2008

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS DE 2008 E 2007

Código contas		DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS			
CEE	POC		2008	2007		
A		CUSTOS E PERDAS				
2.a)	61	Custo mercadorias vendidas e consumidas:				
		Mercadorias	0,00		0,00	
		Matérias		0,00		0,00
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos		71.998,04		92.695,46
3		Custos com pessoal:				
3.a)	641/2	Remunerações	241.680,07		253.563,83	
3.b)	643/9	Encargos sociais	65.510,56	307.190,63	53.845,28	307.409,11
4.a)	662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorp.	6.316,16		6.429,25	
4.b)	666+667	Ajustamentos	0,00		0,00	
	67	Provisões	0,00	6.316,16	0,00	6.429,25
5	63	Impostos	207,89		219,71	
5	65	Outros custos operacionais	2.984.170,31	2.984.378,20	2.760.630,81	2.760.850,52
		(A)		3.369.883,03		3.167.384,34

6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
6	683+6845	Amort. e ajust. de aplic. e invest. financeiros				
7	68	Juros e custos similares:				
		Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
		Outros	40.643,97	40.643,97	40.020,27	40.020,27
		(C)		3.410.527,00		3.207.404,61
10	69	Custos e perdas extraordinárias		915,29		18.520,50
		(E)		3.411.442,29		3.225.925,11
8+11	86	Imposto sobre rendimento do exercício		0,00		0,00
		(G)		3.411.442,29		3.225.925,11
13	88	Resultado líquido do exercício		9.647,69		16.123,91
				3.421.089,98		3.242.049,02

B		PROVEITOS E GANHOS					
1	71	Vendas:					
		Mercadorias	0,00		0,00		
		Produtos					
1	72	Prestações de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
2		Variação da produção					
3	75	Trabalhos para a própria empresa					
4	73	Proveitos suplementares	0,00		30,00		
4	74	Subsídios à exploração	2.955.802,83		3.181.424,32		
4	76	Outros proveitos operacionais					
4	77	Reversão de amortiz. e ajustamentos	0,00	2.955.802,83	0,00	3.181.454,32	

		(B)		2.955.802,83		3.181.454,32
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
5	784	Rendimentos participações capital:				
6		Rendimentos de títulos e out.aplic.financeiras:				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros				
7		Outros juros e proveitos similares:				
		Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
		Outros	1.337,06	1.337,06	1.832,91	1.832,91
		(D)		2.957.139,89		3.183.287,23
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		463.950,09		58.761,79
		(F)		3.421.089,98		3.242.049,02
Resumo:						
		Resultados operacionais (B-A)		(414.080,20)		14.069,98
		Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		(39.306,91)		(38.187,36)
		Resultados correntes (D-C)		(453.387,11)		(24.117,38)
		Resultados antes de impostos (F-E)		9.647,69		16.123,91
		Resultado líquido do exercício (F-G)		9.647,69		16.123,91

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de resultados por natureza em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

4.1.2 Balanço em 31 de Dezembro 2008

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Código das contas		ACTIVO	EXERCÍCIOS			
CEE	POC		2008		2007	
			Activo Bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
C		IMOBILIZADO:				
I		Imobilizações incorpóreas			0,00	
II		Imobilizações corpóreas:				
1	421	Terrenos e recursos naturais				
1	422	Edifícios e outras construções			0,00	
2	423	Equipamento básico	92.269,99	90.498,32	1.771,67	3.594,26
2	424	Equipamento de transporte				
3	425	Ferramentas e utensílios				
3	426	Equipamento administrativo	143.048,07	141.805,94	1.242,13	5.516,95
3	427	Taras e vasilhame				
3	429	Outras imobilizações corpóreas	13.916,33	13.478,83	437,50	656,25
4	441/6	Imobilizações em curso				
4	448	Adiant. p/ conta de imob. corpóreas				
			249.234,39	245.783,09	3.451,30	9.767,46
III		Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo				
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo				
5	4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras				
6	4123+413	Outros empréstimos concedidos				
6	441/6	Imobilizações em curso				
6	447	Adiant. p/ conta de invest. financeiros				
			0,00	0,00	0,00	0,00

E	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
	271	Acréscimos de proveitos	329.577,70		329.577,70	0,00
	272	Custos diferidos	1.448,41		1.448,41	111,32
	2761	Activos por impostos diferidos	0,00		0,00	0,00
			331.026,11		331.026,11	111,32
		Total de amortizações		245.783,09		
		Total de ajustamentos		0,00		
	TOTAL DO ACTIVO	7.743.033,91		7.497.250,82	6.971.033,39	

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (continuação)

Código das contas		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
CEE	POC		2008	2007
A		CAPITAL PRÓPRIO		
I				
	582	Fundo de cooperação	104.754,44	104.754,44
	583	Subsídios/Ofertas	25.523,48	25.523,48
II				
III				
	56	Reservas de reavaliação		
IV		Reservas:		
1.2	571	Reservas legais		
3	572	Reservas estatutárias		
4	573	Reservas contratuais		
4	574/79	Outras reservas		
V	59	Resultados transitados	542.986,43	517.745,52

		Sub-total		673.264,35	648.023,44
VI	88	Resultado liquido do exercicio		9.647,69	16.123,91
	89	Dividendos antecipados			
		TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		682.912,04	664.147,35
		PASSIVO			
B		Provisões:			
	1	291	Provisões para pensões		
	2	292	Provisões para impostos		
	3	293/8	Outras provisões	25.183,00	34.300,00
				25.183,00	34.300,00
C		Dívidas a Terceiros - M/L Prazo:			
		231+12	Dívidas a instituições credito	305.952,15	394.666,09
				305.952,15	394.666,09
C		Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:			
	1	232	Empréstimos por obrigações		
	1	233	Empréstimos por títulos de participação		
	2	231+12	Dívidas a instituições credito	88.713,94	130.450,35
	3	269	Adiantamentos por conta de vendas		
	4	221	Fornecedores c/c	30.985,93	30.993,75
	4	228	Fornecedores-Facturas recep. e conferência		
	5	222	Fornecedores-Titulos a pagar		
	5	2612	Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar		
	6	252	Empresas do grupo		
	7	253+254	Empresas participadas e participantes		
	8	251+255	Outros accionistas (sócios)		
	8	219	Adiantamentos de clientes		
	8	239	Outros empréstimos obtidos		
	8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
	8	24	Estado e outros entes publicos	13.486,39	17.643,27
	8	262/8+211	Outros credores	4.985.435,75	5.370.845,99
				5.118.622,01	5.549.933,36

D	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
	273	Acréscimos de custos	21.090,20	22.099,99
	274	Proveitos diferidos	1.343.491,42	305.886,60
			1.364.581,62	327.986,59
		TOTAL DO PASSIVO	6.814.338,78	6.306.886,04
		TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	7.497.250,82	6.971.033,39

4.2 Demonstração de Fluxos de Caixa (Exercício 2008 e 2007)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Exercícios 2008 e 2007)		
DESCRIÇÃO	2008	2007
	(valores em euros)	(valores em euros)
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultados Líquidos do exercício	9.647,69	16.123,91
Resultados transitados (ver Nota 40 ao ABDR)	9.117,00	439.554,75
Ajustamentos:		
Amortizações e ajustamentos	6.316,16	6.429,25
Provisões	(9.117,00)	34.300,00
Resultados financeiros	39.306,91	38.187,36
Aumento das dívidas de terceiros		(2.730.648,18)
Diminuição das dívidas de terceiros	303.143,43	
Aumento das existências		
Diminuição das existências		
Aumento das dívidas a terceiros		2.356.782,77
Diminuição das dívidas a terceiros	(389.574,94)	
Diminuição dos proveitos diferidos		(11.442,92)
Aumento dos proveitos diferidos	1.037.604,82	
Diminuição dos acréscimos de proveitos		37,85
Aumento dos acréscimos de proveitos	(329.577,70)	
Aumento dos custos diferidos	(1.337,09)	
Diminuição dos custos diferidos		2.415,39
Aumento de activos por impostos diferidos		
Diminuição de activos por impostos diferidos		
Aumento dos acréscimos de custos		
Diminuição dos acréscimos de custos	(1.009,79)	(2.057,28)
Ganhos na alienação de imobilizações		

Perdas na alienação de imobilizações			(1.242,13)	
<i>Outros ajustamentos em imobilizações</i>				
Fluxo das actividades operacionais		674.519,49		148.440,77
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>				
<u>Recebimentos provenientes de:</u>				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas				
Imobilizações incorpóreas				
Subsídios de investimento				
Juros e proveitos similares	1.337,06		1.832,91	
Dividendos		1.337,06		1.832,91
<u>Pagamentos respeitantes a :</u>				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas	0,00		0,00	
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxo das actividades de investimento		1.337,06		1.832,91
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>				
<u>Recebimentos provenientes de:</u>				
Empréstimos obtidos				
Aumentos de capital, prest. supl. prémios de emissão				
Subsídios e doações				
Venda de acções (quotas) próprias				
Cobertura de prejuizos				

<u>Pagamentos respeitantes a :</u>				
Empréstimos obtidos	130.450,35		123.621,33	
Amortização de contratos de locação financeira				
Juros e custos similares	40.643,97		40.020,27	
Dividendos				
Reduções de capital e prest. Suplementares				
Aquisição de acções (quotas) próprias		171.094,32		163.641,60
Fluxo das actividades de financiamento		(171.094,32)		(163.641,60)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		504.762,23		(13.367,92)
Caixa e seus equivalentes no início do período		562.680,07		576.048,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.067.442,30		562.680,07
		504.762,23		(13.367,97)

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios de 2008 e 2007

2 - Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	2008	2007
Numerário	872,70	1.134,20
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.062.825,39	552.428,78
Equivalentes a caixa		
<i>Caixa e seus equivalentes</i>	<i>1.063.698,09</i>	<i>553.562,98</i>
Outras disponibilidades	3.744,21	9.117,09
Disponibilidades constantes do Balanço	1.067.442,30	562.680,07

4.3 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Introdutória

Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, pessoa colectiva de utilidade pública, constituída em 23 de Fevereiro de 1988, com sede na Rua de Santiago, 9 em Lisboa, número de identificação fiscal **502 002 859**, nos termos do seu Estatuto, constitui-se como **Organização Não Governamental de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD)**, tendo como objectivos estatutários contribuir para o desenvolvimento interno do país e para a cooperação entre Portugal e os países em desenvolvimento. Nos termos do Decreto-Lei 66/98, de 14 de Outubro, a Oikos encontra-se registada no IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento sob o número 839/99, cuja última renovação de estatuto de ONGD se refere a 6 de Fevereiro de 2009 e como consequência encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, em consonância com o previsto no artigo 10º. do CIRC.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

Os valores seguidamente mencionados estão expressos, salvo indicação em contrário, em Euros.

1. Derrogações ao POC na elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas, nos seus aspectos mais significativos, em conformidade com os conceitos, princípios e normas contabilísticas estabelecidos no POC, por forma a apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da Empresa.

2. Valores comparativos

No exercício de 2008, a Entidade não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas.

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Imobilizações Corpóreas	Anos
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 8
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8

b) Especialização de exercícios

A Entidade regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os correspondentes custos e proveitos gerados são registadas nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

c) Encargos com subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, o subsídio de férias é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, os encargos com subsídio de férias e respectivos encargos sociais a pagar no exercício seguinte são contabilizados nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de Acréscimos de custos (ver Nota 48 c).

4. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Grande parte das transacções efectuadas pela Entidade referem a gastos em moeda local dos diversos países onde têm lugar os projectos, sendo utilizados as cotações mensais do InfoEuro/moeda local ou US dollars conforme o mês da sua realização .

Para a conversão dos Activos e Passivos em moeda estrangeira – expressos em Dólares Americanos – foram utilizadas as seguintes cotações: € 1,00 = 0,775193 USD e € 1,00 = 0,678518 USD em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

7. Número médio de pessoal

Durante os exercícios de 2008 e 2007 o número médio de pessoal foi de 130 e 135 colaboradores, respectivamente.

10. Movimento do activo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reaval. Ajust.	Aumentos	Alienaç.	Transf. Abates	Saldo Final
<u>Imobilizações corpóreas:</u>						
Equipamento básico	92.269,99					92.269,99
Equip. administrativo	143.048,07					143.048,07
Outras imob. Corpóreas	13.916,33					13.916,33
TOTAL	249.234,39					249.234,39

Amortizações e Ajustamentos

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação e Reversão	Saldo Final
<u>Imobilizações corpóreas:</u>				
Equipamento básico	88.675,73	1.822,59		90.498,32
Equipamento administrativo	137.531,12	4.274,82		141.805,94
Outras imobiliz. Corpóreas	13.260,08	218,75		13.478,83
TOTAL	239.466,93	6.316,16		245.783,09

14. Locação e afectação das imobilizações corpóreas e em curso

As imobilizações corpóreas encontram-se na sua totalidade afectas à actividade de estrutura da Oikos, pelo que nenhum dos bens que constituem o mapa de amortizações, está afecto a projectos.

25. Dívidas activas e passivas com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 as Dívidas activas e passivas com o pessoal eram compostas como segue:

Rubricas	Nota	2008	2007
<u>Dívidas Activas:</u>			
Devedores diversos	48 b)	1.199,87	1.508,76
TOTAL		1.198,87	1.508,76
<u>Dívidas Passivas:</u>			
Credores diversos	48 b)	10.114,71	1.136,51
Subsídio de férias	48 c)	16.088,00	20.233,00
TOTAL		26.202,71	21.369,51

28. Dívidas ao Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2008 a Entidade não tinha quaisquer débitos em mora ao Estado ou a outros entes públicos.

34. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Reduções	Saldo Final
<u>Provisões:</u>				
- Para outros riscos e encargos (Nota40)	34.300,00	0,00	9.117,00	25.183,00
TOTAL	34.300,00	0,00	9.117,00	25.183,00

40. Movimento nas rubricas do Capital próprio

O movimento ocorrido durante o exercício de 2008 nas rubricas do Capital próprio foi como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Saldo Final
Fundo de Cooperação	104.754,44			104.754,44
Subsídios/Ofertas	25.523,48			25.523,48
Resultados transitados	517.745,52	25.240,91		542.986,43
Resultado líquido do exercício	16.123,91	9.647,69	(16.123,91)	9.647,69
TOTAL	664.147,35	34.888,60	(16.123,91)	682.912,04

O aumento que se verifica em Resultados Transitados no exercício, resultam da transferência do resultado líquido do exercício anterior (€ 16.123,91), bem de como da redução da Provisão constituída no exercício anterior referente a 2006 por processos judiciais em curso quantificados em 50% do valor das acções pelo departamento jurídico da Entidade, por absolvição num deles(€ 9.117,00).

43. Remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais

Os integrantes dos órgãos sociais não auferem, a esse título, qualquer remuneração . Apenas dois dos associados membros dos órgãos sociais exercem funções executivas na organização a saber: Cristina Peixinho (Secretária da Mesa da Assembleia Geral), exerce funções de coordenadora do sector de Educação para a Cidadania Global; João José Fernandes (Secretário do Conselho Directivo), exerce as funções de Director Executivo.

45. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

Rubricas	2008	2007
<u>Custos e Perdas:</u>		
- Juros suportados	32.525,06	37.160,77
- Ajustamentos de aplicações financeiras	5.372,88	0,00
- Outros custos e perdas financeiros	2.746,03	2.895,50
TOTAL (1)	40.643,97	40.020,27
<u>Proveitos e Ganhos:</u>		
- Juros obtidos	517,16	1.523,17
- Rendimentos de participações de capital	819,90	309,74
TOTAL (2)	1.337,06	1.832,91
Ganhos (perdas) TOTAL (1+2)	(39.306,91)	(38.187,36)

46. Demonstração dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

Rubricas	2008	2007
<u>Custos e Perdas:</u>		
- Multa e penalidades	882,18	539,50
- Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	13.950,09
- Outros custos e perdas extraordinários	33,11	4.030,91
TOTAL (1)	915,29	18.520,50
<u>Proveitos e Ganhos:</u>		
- Correções relativas a exercícios anteriores	462.895,79	56.629,43
- Outros proveitos e ganhos extraordinários	1054,30	2.132,36
TOTAL (2)	463.950,09	58.761,79
Ganhos (perdas) TOTAL (1+2)	463.034,80	40.241,29

Os ganhos relativos a correções a exercícios anteriores refere-se á regularização de saldos de projectos já encerrados.

47. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do nº 1 do artº 21º do Decreto-Lei nº 411/97, de 17 de Outubro, informamos que a Entidade não era devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social.

48. Outras informações

a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Rubricas	Saldos 2008		Saldos 2007	
	Devedores	Credores	Devedores	Credores
Contribuições p/ Segurança Social		7.942,76		13.692,16
Imp. s/ Rend. Pessoas Singulares(IRS)		5.543,63		3.951,11
Imp. s/ Rend. Pessoas Colectivas(IRC)	173,78		173,78	
TOTAL	173,78	13.486,39	173,78	17.643,27

b) Outros devedores e credores

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Rubricas	Saldos 2008		Saldos 2007	
	Devedores	Credores	Devedores	Credores
Remunerações a pagar ao pessoal		9.946,46		968,26
Adiantamento ao pessoal	1.199,87		1.508,76	
Outras operações com pessoal		168,25		168,25
IEFP – Estágios	3.191,74		7.557,55	
Projecto de Incentivo às Parcerias RSE	15.960,00		15.960,00	
Espaço Oikos	681.843,21		680.677,33	
Projectos em curso	5.392.733,52	4.975.053,47	5.689.608,67	5.369.709,48
Outros	228,99	267,57		
TOTAL	6.095.157,33	4.985.435,75	6.395.841,04	5.370.845,99

O devedor Espaço Oikos, relativamente ao exercício anterior não apresenta variação significativa, mantendo-se no entanto, a possibilidade de serem transaccionados os seus activos imobiliários, face aos projectos de viabilização perspectivados para a área abrangente, nomeadamente museus adstritos á Sé e recuperação da Baixa/Chiado.

Os saldos de Projectos em curso, resultam do seguinte: os devedores; das transferências de fundos efectuadas para o "terreno" ou seja para as contas bancárias no local especificas de cada projecto. Os credores; as contrapartidas dos gastos no "terreno" versus conta 65 – Outros custos operacionais e os suportados pela Sede mas alocados ao projecto respectivo

c) Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Rubricas	2008	2007
<u>Acréscimos de proveitos:</u>		
Projectos	329.577,70	0,00
TOTAL	0,00	0,00
<u>Custos diferidos:</u>		
Outros	1.448,41	111,32
TOTAL	1.448,41	111,32
Total dos Acréscimos e diferimentos activos	331.026,11	111,32
<u>Acréscimos de Custos:</u>		
Subsídios de férias (Nota 3.c)	16.088,00	20.233,00
Outros	5.002,20	1.866,99
TOTAL	21.090,20	22.099,99
<u>Proveitos diferidos:</u>		
Projectos	1.343.491,42	305.886,60
TOTAL	1.343.491,42	305.886,60
Total dos Acréscimos e diferimentos passivos	1.364.581,62	327.986,59

d) Custos e Perdas da Actividade

<i>Custos e Perdas</i>	<i>2008</i>	<i>2007</i>
Total de Custos e Perdas	3.411.442,29	3.225.925,11
62. Fornecimentos e Custos Externos	71.998,04	92.695,46
64. Custos com Pessoal	307.190,63	307.409,11
66. Amortizações	6.316,16	6.429,25
63. Impostos	207,89	219,71
65. Outros Custos operacionais	2.984.170,31	2.760.630,81
68. Custos Financeiros	40.643,97	40.020,27
69. Custos e Perdas Extraordinárias	915,29	18.520,50

Os custos com pessoal, no ano de 2008, incluem uma verba de 241.680,07 € de remunerações e 65.510,56 € de encargos sociais.

Custos com projectos, por área geográfica e sector de actividade, em 2008:

Área Geográfica	Tipo de Acção		
	Portugal	Cidadania Global e Mobilização social	Iniciativas de Angariação de Fundos
	82.428,12	66.166,13	16.261,99
Países em Vias de Desenvolvimento	Acção Humanitária	Vida Sustentável (Desenvolvimento)	
	2.901.742,19	1.233.132,08	1.668.610,11
África Subsaariana			
	1.143.795,45	263.569,65	880.225,80
América Latina			
	1.449.469,67	661.085,36	788.384,31
Ásia			
	308.477,07	308.477,07	0,00

e) Proveitos e Ganhos da Actividade

PROVEITOS OIKOS	2008	2007
Proveitos e ganhos	3.421.089,98	3.242.049,02
Subsídios à exploração (*)	2.955.802,83	3.181.424,32
Proveitos suplementares, ganhos financeiros e extraordinários	465.287,15	60.624,70

DOADORES INSTITUCIONAIS	3.378.072,80	2.988.813,76
--------------------------------	---------------------	---------------------

Públicos		
IPAD	737.736,67	225.282,56
DGS		39.853,65
IEFP		
CE/DG-ECHO**	1.431.131,80	1.042.394,41
CE/DG-DEV**	284.257,16	1.582.704,00
UNHCR		
UNICEF	7.237,96	
Gov. Moçambique	281.421,27	
Comunidade de Madrid	575.719,56	
	3.317.504,42 €	2.890.234,62 €

Privados		
INGO (***)	47.805,06	47.039,53
Fundações e Empresas	12.763,32	51.539,61
Parceiros Locais		
	60.568,38	98.579,14

DONATIVOS E CAMPANHAS	285.757,15	174.190,49
Campanhas	64.851,94	26.776,92
MCS	43.613,85	50.536,02
Empresas	8.090,00	62.671,54
Donativos Gerais	169.201,36	34.206,01

(*) **Subsídios à Exploração.** O montante de 2.955.802,83 € inclui os subsídios reconhecidos em 2008 (3.663.829,95 €) mais a diferença entre o saldo inicial (proveitos diferidos em 2007), os proveitos diferidos em 2008, e os acréscimos de proveitos, tal como se explica no quadro abaixo.

Proveitos Diferidos e Acréscimos de Proveitos	2008	2007
Proveitos Diferidos- Saldo inicial (1)	305.886,60 €	317.329,52 €
Financiamentos	3.663.829,95 €	3.169.981,40 €
Proveitos Diferidos- Saldo final (2)	-1.343.491,42 €	-305.886,60 €
Acréscimos de Proveitos	329.577,70 €	0,00 €
Proveitos - Conta 74	2.955.802,83 €	3.181.424,32 €

() % Percentagem da Receita com Origem na Comissão Europeia**

Ano	2008	2007
Financiamento da CE	1.715.388,96 €	2.625.098,41 €
% Financiamento da CE	46,82%	82,41%
Financiamento da DG-ECHO	1.431.131,80 €	1.042.394,41 €
% Financiamento da DG-ECHO	39,06%	32,72%

(*) INGO – International Non Governmental Organisations.** Trata-se de financiamentos recebidos a partir de ONG Internacionais, mas provenientes de projectos de co-financiamento com a Comissão Europeia (DG-DEV), como se explicita no quadro seguinte.

CiC-Batá (Espanha)	47.805,06
Total INGO	47.805,06

Pelo Conselho Directivo



João José Fernandes
(Director Executivo)
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento